



POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

# LEGISLAÇÃO MAPEADA

~~EXTREME~~

PC SC



[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

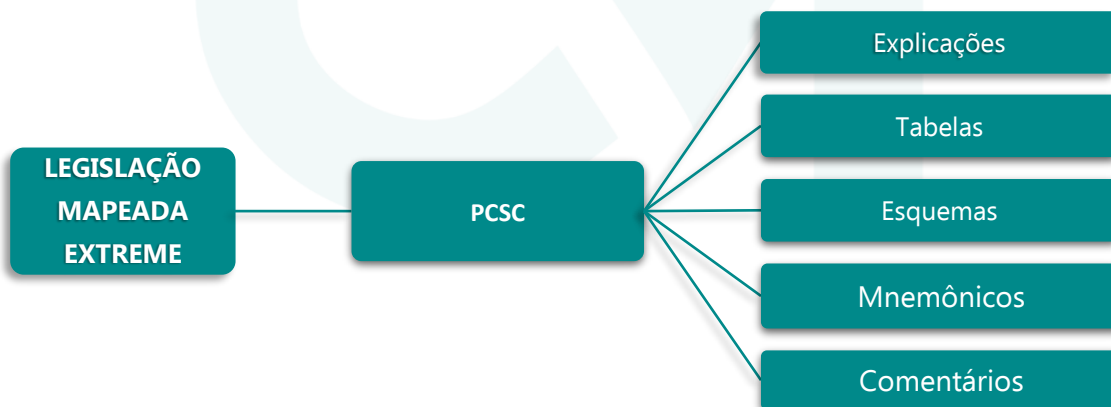
# Seja muito bem-vindo!

Olá, futuro aprovado no concurso da **Polícia Civil do Estado de Santa Catarina – PCSC!**

Você acaba de baixar a **amostra** do **Legislação Mapeada Extreme** para o concurso da **PCSC!**

Não sei se você sabe, mas **95% das questões** de direito são baseadas na letra da lei. Nosso material é cuidadosamente elaborado, destacando títulos, marcando pontos importantes e oferecendo explicações detalhadas para **fortalecer** o seu entendimento.

O **Legislação Mapeada Extreme** é um material que contempla os principais assuntos da legislação do Edital com esquemas, mnemônicos, comentários e explicações. Com ele você é capaz de compreender os principais pontos da legislação de maneira facilitada e organizada.



Lembre-se de ficar atento(a) às novidades legislativas, pois a banca pode surpreender, mas não se preocupe, estamos aqui para descomplicar tudo. A **leitura da lei** é a chave para sua aprovação, e nossa análise estatística mostra que a maioria esmagadora das questões de direito são resolvidas com a lei seca.

No material completo, para o cargo de **Agente de Polícia**, você terá acesso as seguintes disciplinas:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

<b>Dia</b>	<b>Disciplina</b>
Dia 1	Língua Portuguesa
Dia 2	Raciocínio Lógico-Matemático e Noções de Direitos Humanos
Dia 3	Noções de Direito Administrativo
Dia 4	Noções de Direito Penal e Noções de Direito Processual Penal
Dia 5	Noções de Direito Constitucional
Dia 6	Noções de Contabilidade e Tecnologia da Informação, Segurança Cibernética e Crimes Digitais
Dia 7	Legislação Institucional

No material completo, para o cargo de **Escrivão de Polícia**, você terá acesso as seguintes disciplinas:

<b>Dia</b>	<b>Disciplina</b>
Dia 1	Língua Portuguesa
Dia 2	Raciocínio Lógico-Matemático e Noções de Direitos Humanos
Dia 3	Noções de Direito Administrativo
Dia 4	Noções de Direito Penal e Noções de Direito Processual Penal
Dia 5	Noções de Direito Constitucional
Dia 6	Noções de Contabilidade e Tecnologia da Informação, Segurança Cibernética e Crimes Digitais
Dia 7	Legislação Institucional e Noções de Administração

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Mas antes veja só o depoimento de um dos nossos alunos que foi aprovado recentemente no tão disputado concurso do INSS:



Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte: [suporte@cadernomapeado.com.br](mailto:suporte@cadernomapeado.com.br) e [WhatsApp](#).

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

**Bons Estudos!**

**Rumo à aprovação!!**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### TÍTULO I: DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**Art. 1º** - A República Federativa do Brasil, formada pela **união indissolúvel** dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como fundamentos:

**I** – a soberania;

**II** – a cidadania;

**III** – a dignidade da pessoa humana;

**IV** – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

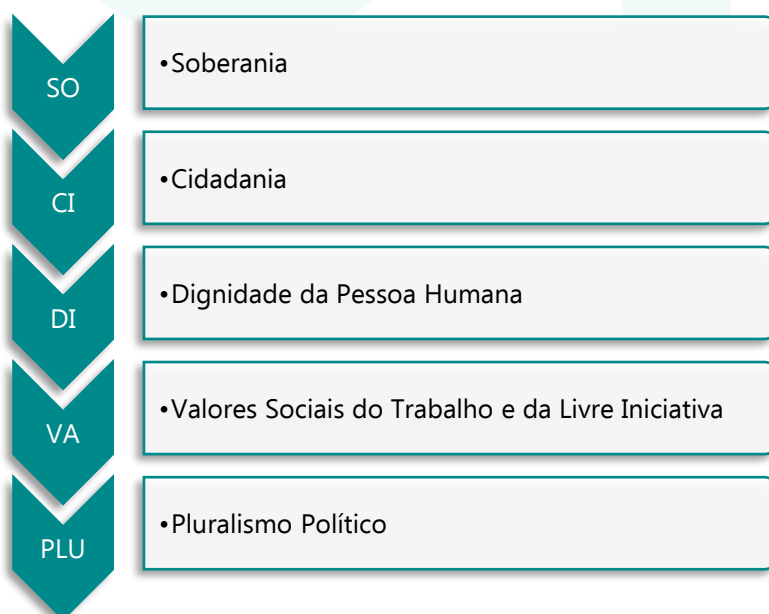
**V** – o pluralismo político.

**Parágrafo único.** **Todo o poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

#### Comentário:

Este dispositivo constitucional é de extrema importância para as provas de concursos públicos, uma vez que apresenta os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

Por isso, anote esse mnemônico: **SO – CI – DI – VA – PLU** (Isso vai te salvar na hora da prova).



O referido dispositivo tem grande importância para a compreensão do sistema político brasileiro e estabelece os seguintes princípios:

→ **Soberania Popular:** O **poder** em uma democracia é **originário do povo**, o que significa que o povo é a fonte legítima do poder político. Isso implica que o Estado e seus representantes derivam sua autoridade do consentimento do povo.

→ **Formas de Exercício do Poder:** O parágrafo único do artigo 1º estabelece que o povo pode exercer o poder de duas maneiras principais: i) por meio de representantes eleitos ou ii) diretamente. Isso significa que o sistema político brasileiro combina elementos de democracia representativa (onde o povo elege representantes para tomar decisões em seu nome) e democracia direta (onde os cidadãos podem participar diretamente em decisões políticas, por exemplo, por meio de referendos e plebiscitos).

→ **Limites Constitucionais:** O exercício do poder, seja por representantes eleitos ou diretamente, deve ocorrer nos termos da Constituição Federal. Isso significa que a Constituição estabelece as regras e limites que regem o funcionamento do Estado e o exercício do poder, garantindo a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e a observância do Estado de Direito.

Em resumo, o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal do Brasil enfatiza que a **base do poder político no país é o povo**, que pode exercer esse poder de diferentes maneiras, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. Isso reflete os princípios democráticos fundamentais da soberania popular e do respeito às leis e instituições constitucionais.

**Art. 2º** São **Poderes da União**, independentes e harmônicos entre si, o **Legislativo, o Executivo e o Judiciário**.

**Art. 3º** Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

**I** - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

**II** - Garantir o desenvolvimento nacional;

**III** - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

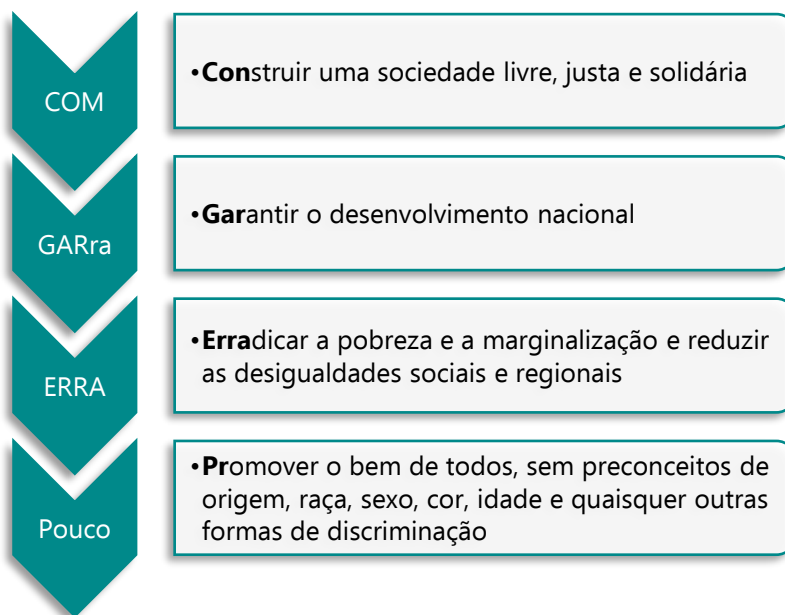
**IV** - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

### **Comentário:**

Os objetivos fundamentais, assim como, os princípios fundamentais da República, este tema despensa nas provas!

Por isso, anote esse mnemônico: **COM GARRA ERRA POUCO** (Isso vai te salvar na hora da prova).

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



**Art. 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas **relações internacionais** pelos seguintes princípios:

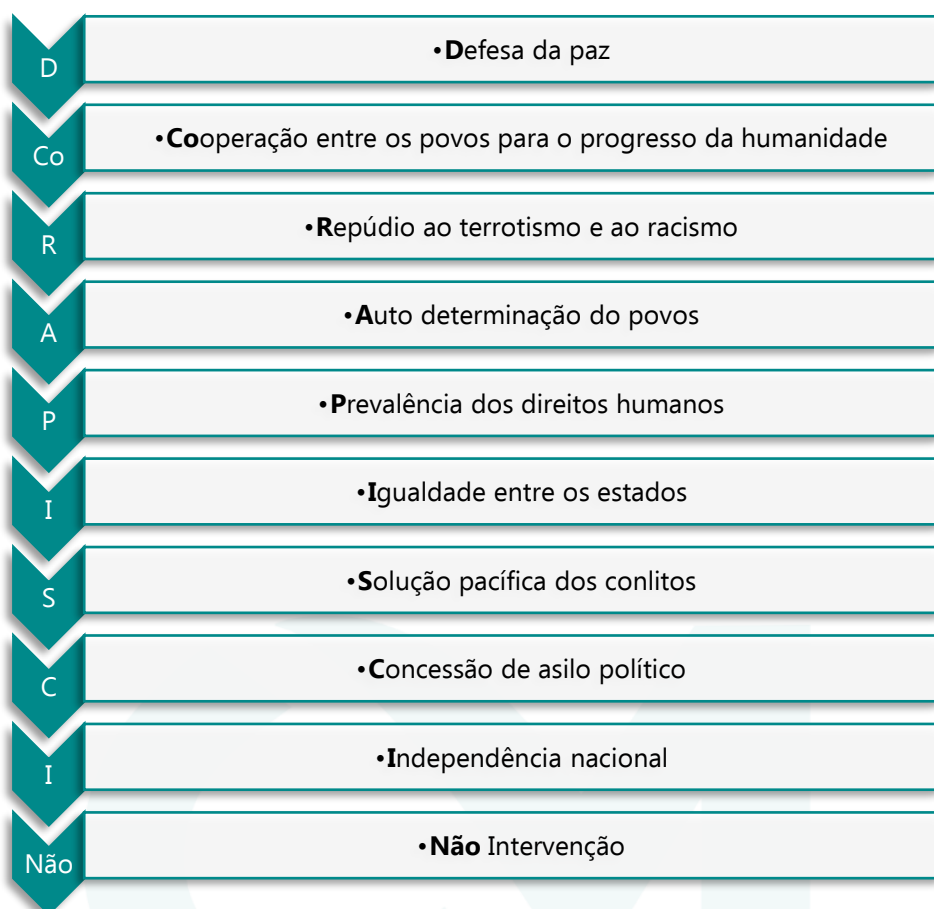
- I** - Independência nacional;
- II** - Prevalência dos direitos humanos;
- III** - Autodeterminação dos povos;
- IV** - Não-intervenção;
- V** - Igualdade entre os Estados;
- VI** - Defesa da paz;
- VII** - Solução pacífica dos conflitos;
- VIII** - Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- XI** - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X** - Concessão de asilo político.

#### **Comentário:**

Vamos entender de forma mais simples! Os princípios das **relações internacionais** guiam como o Brasil se comporta com outros países, ou seja, são como as "regras" que ele segue quando está lá fora. Este tema é de grande importância para o seu concurso!

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Para ajudar a memorizar, lembre-se do macete: **DeCoRA PISCINÃO**



**Parágrafo único.** A República Federativa do Brasil buscará a **integração econômica, política, social e cultural** dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

#### Comentário:

Este parágrafo reflete o compromisso do Brasil em promover a integração e a cooperação com os países vizinhos da América Latina em diversas áreas, incluindo:

→ **Integração Econômica:** Isso implica na promoção de acordos comerciais, investimentos mútuos e a criação de mecanismos que facilitem o comércio entre os países da América Latina. O objetivo é fortalecer as economias da região por meio da cooperação econômica.

→ **Integração Política:** A busca pela integração política envolve a cooperação em questões políticas regionais, como a promoção da paz, a resolução de conflitos e a defesa de valores democráticos.

→ **Integração Social:** Isso envolve esforços para promover a cooperação em questões sociais, como a melhoria das condições de vida, a educação, a saúde e a redução da desigualdade social na América Latina.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ **Integração Cultural:** A integração cultural se refere à promoção do intercâmbio cultural entre os países da região, incluindo a divulgação da cultura, tradições, línguas e valores compartilhados.

O objetivo final é a formação de uma "**comunidade latino-americana de nações**", ou seja, a criação de um ambiente em que os países da América Latina possam colaborar e trabalhar juntos em busca de objetivos comuns, promovendo o desenvolvimento e a estabilidade na região. Esse compromisso com a integração regional reflete a aspiração do Brasil de desempenhar um papel ativo e construtivo na América Latina, buscando relações de amizade e cooperação com seus vizinhos e contribuindo para o fortalecimento da região como um todo.

## TÍTULO II: DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

### Capítulo I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

#### Comentário:

Em direito constitucional, sem dúvidas, esse é um dos temas mais quentes, tendo se verificado uma alta taxa de cobrança da sua banca em relação a este assunto.

Conforme ensina Alexandre de Moraes: "O conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano, que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana, pode ser definido como direitos fundamentais".

**Art. 5º Todos** são **iguais** perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à **vida**, à **liberdade**, à **igualdade**, à **segurança** e à **propriedade**, nos termos seguintes:

#### Comentário:



**Súmula Vinculante 6:** Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

**I - Homens e mulheres** são **iguais** em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

#### Comentário:

**Ações afirmativas:** discriminação positiva, buscam realizar a igualdade material.

Exemplos:

I – Cotas raciais para negros e indígenas ingressarem em Universidades Públicas

II – Bolsas de estudo em universidades privadas para alunos de baixa renda

**Limite de idade em concurso público:** É autorizado, porém não pode apenas o edital prever essa limitação, é necessário a previsão em lei



**Súmula vinculante 37:** Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

**II - Ninguém** será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

#### Comentário:

O **princípio da legalidade** requer especial atenção quanto a sua aplicação na esfera da administração pública e na esfera dos particulares. Enquanto os particulares podem fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, a administração pública fica adstrita àquilo que a lei permite, ou seja, sua margem de atuação é mais restrita, estando definida na lei.

**III - Ninguém** será **submetido a tortura** nem a tratamento desumano ou degradante;

#### Comentário:

O artigo 5º, inciso III, da Constituição Federal de 1988 é uma garantia fundamental que estabelece que ninguém, sob nenhuma circunstância, pode ser submetido à tortura ou a tratamento desumano ou degradante no Brasil. Esse é um princípio fundamental do Estado de Direito e dos direitos humanos, e sua inclusão na Constituição visa proteger a dignidade e a integridade das pessoas em território brasileiro.

Vamos entender o significado dos termos-chave neste inciso:

→ **Tortura:** A tortura refere-se a qualquer ato intencional que cause sofrimento físico ou mental grave a uma pessoa, com o objetivo de obter informações, punir, intimidar ou por qualquer outro motivo. A tortura é considerada uma violação grave dos direitos humanos e é estritamente proibida pelo direito internacional e pela legislação brasileira.

→ **Tratamento desumano ou degradante:** Isso se refere a ações ou condições que causem sofrimento físico ou mental a uma pessoa, mesmo que não cheguem ao nível extremo da tortura. Tratamento desumano ou degradante pode incluir, por exemplo, condições de detenção insalubres, humilhação, coerção psicológica, entre outros.

A inclusão desse inciso na Constituição tem como objetivo garantir que o Estado brasileiro e seus agentes respeitem os direitos humanos e a dignidade das pessoas, independentemente de sua situação legal ou qualquer outra circunstância. Isso significa que a tortura e tratamentos desumanos ou degradantes são estritamente proibidos, seja durante prisões, interrogatórios, detenções, ou em qualquer outra situação envolvendo o Estado.

Além disso, essa disposição também reflete o compromisso do Brasil com as normas e tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que o país ratificou.

Portanto, o artigo 5º, inciso III, da Constituição de 1988, reforça a importância da proteção da dignidade humana e do respeito aos direitos fundamentais de todos os indivíduos no Brasil.

**IV - É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;**

#### Comentário:

Este inciso contém duas partes importantes:

→ **"É livre a manifestação do pensamento"**: Essa parte garante o direito fundamental à liberdade de expressão, que é um dos pilares da democracia. Isso significa que as pessoas têm o direito de expressar suas opiniões, ideias, pensamentos e sentimentos de maneira aberta, pública e sem censura, desde que essas manifestações estejam dentro dos limites legais, ou seja, sem incitar à violência, à discriminação ou a outras formas de discurso proibido pela lei.

→ **"sendo VEDADO o anonimato"**: A segunda parte do inciso proíbe o anonimato em manifestações públicas de pensamento. Isso significa que, ao exercer o direito à liberdade de expressão, as pessoas não podem fazer isso de forma anônima. Em outras palavras, ao se expressar publicamente, as pessoas devem identificar-se, revelando sua identidade. A proibição do anonimato visa garantir a responsabilidade pelos discursos e evitar abusos ou a prática de atos ilegais de forma impune.

No entanto, é importante observar que o anonimato ainda pode ser preservado em algumas circunstâncias, como em situações em que a identidade precisa ser protegida por razões de segurança ou em denúncias anônimas, desde que essas denúncias sejam feitas de boa-fé e não com o objetivo de difamar ou prejudicar injustamente outra pessoa.

Em síntese, o artigo 5º, inciso IV, da Constituição de 1988, assegura o direito à liberdade de expressão, mas ao mesmo tempo estabelece que essa liberdade deve ser exercida de forma responsável e identificável, proibindo o anonimato em manifestações públicas de pensamento. Essa disposição visa equilibrar a liberdade de expressão com a responsabilidade e a transparência nas manifestações públicas.

**V** - É assegurado o **direito de resposta**, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

**Comentário:**

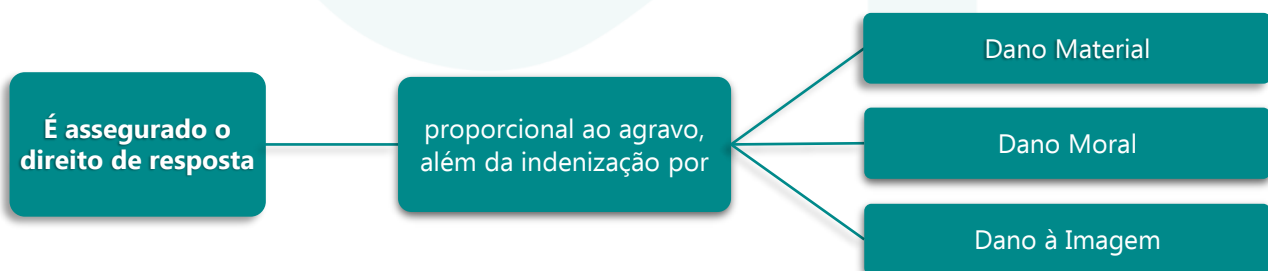
Este inciso garante o direito de resposta para qualquer pessoa que seja alvo de informações inverídicas ou ofensivas divulgadas pela mídia ou por terceiros. Vamos entender os elementos-chave desse direito:

→ **Direito de Resposta:** O direito de resposta é a possibilidade de a pessoa atingida por uma informação falsa ou ofensiva ter a oportunidade de se manifestar publicamente para corrigir os fatos ou se defender. Esse direito permite que a pessoa afetada possa apresentar sua versão dos acontecimentos ou esclarecer informações equivocadas.

→ **Proporcional ao Agravo:** A resposta deve ser proporcional à gravidade do agravo sofrido. Isso significa que a resposta não pode ser exagerada nem subestimada em relação à ofensa original. Deve ser uma resposta adequada ao dano causado à imagem, à honra ou ao direito da pessoa.

→ **Indenização por Dano Material, Moral ou à Imagem:** Além do direito de resposta, a Constituição também prevê a possibilidade de indenização por danos materiais, morais ou à imagem. Isso significa que a pessoa prejudicada pode buscar reparação financeira pelos prejuízos sofridos em consequência da divulgação de informações falsas ou ofensivas.

Esse direito visa equilibrar a liberdade de expressão com a proteção da honra, imagem e direitos das pessoas. Ele permite que aqueles que tenham sua reputação prejudicada ou sejam vítimas de informações falsas tenham meios legais para se defender e obter reparação pelos danos causados.



**VI** - É **inviolável** a **liberdade** de **consciência** e de **crença**, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

**Comentário:**

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Liberdade de Consciência e de Crença:** A primeira parte do inciso assegura que todas as pessoas têm o direito fundamental à liberdade de consciência e crença. Isso significa que cada indivíduo tem

o direito de acreditar no que quiser, seja em uma religião específica, em uma filosofia de vida ou em valores pessoais, sem sofrer coerção ou pressão para adotar uma crença particular.

→ **Livre Exercício dos Cultos Religiosos:** O inciso também garante o direito ao livre exercício dos cultos religiosos. Isso implica que as pessoas têm o direito de praticar sua religião, participar de cerimônias religiosas, seguir rituais e crenças de sua escolha, desde que essas práticas estejam em conformidade com as leis do país.

→ **Proteção aos Locais de Culto e Liturgias:** O último aspecto do inciso diz que a lei deve garantir a proteção dos locais de culto religioso (como igrejas, templos, mesquitas, sinagogas etc.) e de suas liturgias (cerimônias e práticas religiosas). Isso significa que esses locais e práticas religiosas devem ser respeitados e protegidos contra interferência ou vandalismo.

Em resumo, o artigo 5º, inciso VI, da Constituição de 1988, estabelece a liberdade religiosa como um direito fundamental no Brasil. Ele garante que as pessoas são livres para escolher suas crenças, praticar suas religiões e que os locais de culto e rituais religiosos devem ser protegidos. Esse princípio reflete o compromisso do país com a diversidade religiosa e a tolerância religiosa, promovendo um ambiente onde diferentes crenças podem coexistir e serem exercidas sem discriminação ou perseguição.



### **Momento da jurisprudência do Supremo tribunal Federal (STF)**

Proteção ao meio ambiente e liberdade religiosa – Lei que permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana – constitucionalidade

"2. A prática e os rituais relacionados ao sacrifício animal são patrimônio cultural imaterial e constituem os modos de criar, fazer e viver de diversas comunidades religiosas, particularmente das que vivenciam a liberdade religiosa a partir de práticas não institucionais. 3. A dimensão comunitária da liberdade religiosa é digna de proteção constitucional e não atenta contra o princípio da laicidade. 4. O sentido de laicidade empregado no texto constitucional destina-se a afastar a invocação de motivos religiosos no espaço público como justificativa para a imposição de obrigações. A validade de justificações públicas não é compatível com dogmas religiosos. 5. A proteção específica dos cultos de religiões de matriz africana é compatível com o princípio da igualdade, uma vez que sua estigmatização, fruto de um preconceito estrutural, está a merecer especial atenção do Estado. 6. Tese fixada: "É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana". RE 494601/RS

Ação direta de inconstitucionalidade – designação de pastor evangélico para atuar nas corporações militares – ofensa à liberdade religiosa

"1. A regra de neutralidade do Estado não se confunde com a imposição de uma visão secular, mas consubstancia o respeito e a igual consideração que o Estado deve assegurar a todos dentro de uma realidade multicultural. Precedentes. 2. O direito à liberdade de religião, como expectativa normativa de um princípio da laicidade, obsta que razões religiosas sejam utilizadas como fonte de justificação de práticas institucionais e exige de todos os cidadãos, os que professam crenças teístas, os não teístas e os ateístas, processos complementares de aprendizado a partir da diferença. 3. O direito dos militares à assistência religiosa exige que o Estado abstenha-se de qualquer predileção, sob pena de ofensa ao art. 19, I, da CRFB. Norma estadual que demonstra predileção por determinada

orientação religiosa em detrimento daquelas inerentes aos demais grupos é incompatível com a regra constitucional de neutralidade e com o direito à liberdade de religião." ADI 3478/RJ

**VII** - É assegurada, nos termos da lei, a prestação **de assistência religiosa** nas entidades civis e militares de **internação coletiva**;

#### **Comentário:**

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Prestação de Assistência Religiosa:** O inciso assegura que é garantida a prestação de assistência religiosa em locais de internação coletiva, sejam eles entidades civis (como hospitais, casas de repouso, prisões, entre outros) ou militares (como instituições das Forças Armadas). Essa assistência religiosa envolve o apoio espiritual e religioso aos indivíduos que estejam internados nesses locais.

→ **Nos Termos da Lei:** O inciso ressalta que essa garantia está sujeita às disposições da legislação vigente. Isso significa que a assistência religiosa deve ser fornecida de acordo com a regulamentação e normas estabelecidas em leis e regulamentos específicos.

A razão por trás desse dispositivo constitucional é assegurar que as pessoas que estejam internadas em locais de internação coletiva tenham a oportunidade de receber assistência religiosa se assim desejarem. Isso reconhece a importância da dimensão espiritual e religiosa na vida das pessoas e permite que elas tenham acesso a apoio religioso durante momentos de dificuldade, como internações em hospitais ou detenções em prisões, desde que estejam de acordo com a regulamentação legal.

**VIII** - Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, **salvo** se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

#### **Comentário:**

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Não Privar de Direitos por Motivo de Crença ou Convicção:** O inciso proíbe que qualquer pessoa seja privada de seus direitos fundamentais com base em sua crença religiosa, convicção filosófica ou política. Isso significa que o Estado e outras entidades não podem discriminar ou restringir os direitos das pessoas devido às suas crenças ou convicções pessoais nesses assuntos.

→ **Exceção para Obrigações Legais:** A exceção a essa regra ocorre quando alguém invoca suas crenças ou convicções para se eximir do cumprimento de uma obrigação legal que seja imposta a todos os cidadãos. Por exemplo, se uma lei obriga o serviço militar, o cidadão pode invocar suas crenças religiosas ou convicções filosóficas para solicitar a recusa ao serviço militar, mas a lei deve

prever uma prestação alternativa, que também seja fixada em lei, que permita ao cidadão cumprir suas obrigações de maneira diferente, como serviço alternativo ou pagamento de uma taxa.

Em resumo, o artigo 5º, inciso VIII, da Constituição, protege o direito à liberdade de crença e convicção religiosa ou filosófica, garantindo que ninguém seja discriminado ou privado de seus direitos com base nessas crenças. No entanto, reconhece que, em situações em que todos os cidadãos são obrigados a cumprir determinadas obrigações legais, as pessoas podem invocar suas crenças como motivo de escusa, desde que exista uma prestação alternativa prevista em lei que permita o cumprimento das obrigações de forma diferente. Isso equilibra o respeito à liberdade de crença com o cumprimento das obrigações legais.

**IX** - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

#### Comentário:

**Liberdade de imprensa:** Direito a crítica jornalística, porém não exclui a possibilidade de o jornalista ser responsabilizado, direito de resposta e indenização. A censura estatal é vedada, pois é incompatível com a liberdade de expressão.

**X** - São **invioláveis** a **intimidade**, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

**XI** - A **casa** é **asilo inviolável** do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo** em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Asilo Inviolável do Indivíduo:** O inciso estabelece que a casa é considerada um asilo inviolável. Isso significa que a casa é um local protegido onde a pessoa deve se sentir segura em relação à invasão por parte de terceiros, incluindo as autoridades.



O conceito de 'casa', para o fim da proteção jurídico-constitucional a que se refere o art. 5º, XI, da Constituição Federal, reveste-se de caráter amplo, pois compreende, na abrangência de sua designação tutelar, (a) qualquer compartimento habitado, (b) qualquer aposento ocupado de habitação coletiva e (c) qualquer compartimento privado não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

→ **Requisitos para Ingressar na Casa SEM Consentimento:** O inciso enumera as circunstâncias em que alguém pode entrar na casa de uma pessoa sem o consentimento do morador. Essas circunstâncias são:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

**a) Flagrante delito:** Quando alguém está cometendo um crime flagrante dentro da residência, as autoridades podem entrar para efetuar uma prisão ou tomar medidas legais.

**b) Desastre:** Em caso de desastre, como incêndio, inundação, ou outra situação que coloque a vida ou a segurança dos moradores em risco iminente, as autoridades podem entrar para prestar assistência ou socorro.

**c) Prestar Socorro:** Se alguém estiver em perigo ou precisar de socorro urgente dentro da casa, as autoridades ou outras pessoas podem entrar para prestar ajuda.

**d) Determinação Judicial:** **Durante o dia** e mediante determinação judicial, as autoridades podem entrar na casa, mas apenas com uma ordem emitida por um juiz. Essa medida deve ser baseada em evidências de que a entrada é necessária para fins legais específicos, como uma busca ou apreensão.



A inviolabilidade do domicílio é um importante princípio que protege a privacidade, a segurança e a liberdade das pessoas em suas residências. Ela evita a entrada arbitrária ou sem justificativa das autoridades em casas particulares, garantindo que essa ação seja restrita a situações de exceção, devidamente fundamentadas e dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal.

**XII** - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, **salvo**, no último caso, por **ordem judicial**, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para **fins de investigação criminal** ou **instrução processual penal**;

#### Comentário:

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Inviolabilidade do Sigilo:** O inciso afirma que o sigilo da correspondência e de várias formas de comunicação é inviolável. Isso significa que o Estado e suas autoridades não podem acessar ou interferir nessas comunicações sem justificativa legal.

→ **Abrange Diferentes Formas de Comunicação:** O inciso estabelece a inviolabilidade do sigilo em diversas formas de comunicação, incluindo:

**a) Correspondência:** Refere-se ao sigilo das cartas, pacotes e mensagens físicas enviadas por meio dos correios.

**b) Comunicações Telegráficas:** Envolve o sigilo das mensagens transmitidas por meio de telegrafia, embora esse meio de comunicação tenha se tornado menos comum nos dias de hoje.

**c) Dados:** Refere-se ao sigilo de dados armazenados em meios digitais, como informações em computadores, servidores, e-mails, e outros dispositivos eletrônicos.

**d) Comunicações Telefônicas:** Envolve o sigilo das conversas telefônicas, incluindo chamadas de voz e mensagens de texto enviadas por meio de telefones celulares e fixos.

→ **Exceção com Ordem Judicial:** O inciso estabelece que a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas pode ser excepcionada por ordem judicial, desde que sejam cumpridos certos requisitos legais. Isso significa que, em casos específicos e mediante autorização de um juiz, as autoridades podem interceptar ou acessar comunicações telefônicas para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

→ **Hipóteses e Forma Determinadas por Lei:** Qualquer exceção ao sigilo telefônico deve estar prevista na lei, e a lei deve estabelecer as hipóteses e a forma específica em que essa exceção pode ser aplicada. Isso garante que as exceções sejam claramente definidas e sujeitas a limitações legais.

Em resumo, o artigo 5º, inciso XII, da Constituição brasileira protege o sigilo da correspondência e de várias formas de comunicação, reconhecendo a importância da privacidade e da liberdade individual nas comunicações. No entanto, prevê que o sigilo das comunicações telefônicas pode ser excepcionado por ordem judicial, mas apenas em situações especificamente previstas em lei e mediante um processo legal adequado, como parte de investigações criminais ou processos penais. Isso equilibra a proteção da privacidade com a necessidade de investigar crimes de maneira legítima e controlada judicialmente.



### **Momento da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**

Dados telefônicos – necessidade de autorização judicial ou do proprietário do aparelho

"3. Os dados constantes de aparelho celular obtidos por órgão investigativo - mensagens e conversas por meio de programas ou aplicativos (WhatsApp) - somente são admitidos como prova lícita no processo penal quando há precedente mandado de busca e apreensão expedido por juiz competente ou quando há autorização voluntária de interlocutor da conversa. 4. Não há nulidade na prova da participação delitiva do agente que se dá por troca de mensagens com o corrêu tendo o acesso sido autorizado tanto pela autoridade judicial quanto pelo proprietário do aparelho." AgRg no HC n. 646.771/PR, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, julgado em 10/8/2021, DJe de 13/8/2021.

## Número IMEI – identificação do objeto do crime – descaracterização quebra do sigilo de dados

"1. 'A jurisprudência das duas Turmas da Terceira Seção deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de ser ilícita a prova obtida diretamente dos dados constantes de aparelho celular, decorrentes de mensagens de textos SMS, conversas por meio de programa ou aplicativos ('WhatsApp'), mensagens enviadas ou recebidas por meio de correio eletrônico, obtidos diretamente pela polícia no momento do flagrante, sem prévia autorização judicial para análise dos dados armazenados no telefone móvel' (HC 372.762/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 16/10/2017). 2. Entretanto, não há que se falar em nulidade processual pela ilicitude das provas, uma vez que não houve quebra do sigilo de dados, mas tão somente identificação do próprio objeto do crime, pois 'o IMEI é mera identificação do aparelho celular e, portanto, não está abarcado pelo sigilo de dados'." AgRg no HC n. 709.810/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 6/3/2023, DJe de 9/3/2023.



### Momento da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

## Atuação policial que não se enquadra na hipótese de interceptação telefônica – violação ao sigilo das comunicações – inocorrência

"2. A hipótese não se enquadra no procedimento investigativo de interceptação telefônica, previsto na Lei 9.296/96, visto que a autoridade policial atendeu o dispositivo celular na presença de seu possuidor, bem como não se valeu de artifício ou ocultou sua identidade para obter informações do interlocutor. 3. A abordagem policial não importou violação à garantia da inviolabilidade do sigilo das comunicações, uma vez que o aparelho celular atendido durante o flagrante, que era produto de furto, sequer pertencia ao agravante." HC 194075/SP AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 14/06/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 10-08-2021 PUBLIC 12-08-2021

**XIII** - é **livre** o exercício de **qualquer trabalho**, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

### Comentário:

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Liberdade de Exercício Profissional:** O inciso garante a liberdade para que os cidadãos possam exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão que desejem. Isso significa que as pessoas têm o direito de escolher sua carreira e sua ocupação, desde que atendam às qualificações profissionais exigidas pela lei.

→ **Qualificações Profissionais Estabelecidas por Lei:** Embora o exercício de qualquer profissão seja livre, o inciso também estabelece que as qualificações profissionais necessárias para a prática dessas atividades podem ser definidas em lei. Isso significa que, para exercer certas profissões, as pessoas podem precisar cumprir requisitos específicos, como formação educacional, registro em um órgão profissional, obtenção de licenças ou certificações, entre outros. Esses requisitos são estabelecidos com o objetivo de garantir a segurança, a qualidade e o respeito aos padrões profissionais em determinadas áreas.

**XIV** - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

#### **Comentário:**

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Acesso à Informação:** O inciso garante o direito de todas as pessoas terem acesso à informação. Isso significa que as informações de interesse público devem estar disponíveis e acessíveis a todos, sem discriminação, garantindo a transparência e o direito de conhecer fatos, notícias e dados relevantes para a sociedade.

→ **Sigilo da Fonte:** O inciso estabelece que o sigilo da fonte deve ser respeitado quando necessário ao exercício profissional. Esse princípio é particularmente importante para jornalistas e profissionais da imprensa, pois lhes permite proteger a identidade de suas fontes de informações, quando revelar a fonte possa colocar em risco a liberdade, a integridade ou a segurança da pessoa que forneceu a informação.

O sigilo da fonte é um elemento fundamental da liberdade de imprensa, pois permite que jornalistas e repórteres investigativos obtenham informações confidenciais e denúncias de irregularidades de forma mais segura. Isso, por sua vez, ajuda a promover a transparência e a prestação de contas no governo e em outras instituições, pois incentiva as pessoas a compartilharem informações sobre atividades ilegais, corrupção e abusos sem temer represálias.

No entanto, o sigilo da fonte não é absoluto e pode ser limitado em casos excepcionais, como quando há ameaças graves à segurança nacional ou à ordem pública.

Em resumo, o artigo 5º, inciso XIV, da Constituição garante o acesso à informação a todos e protege o sigilo da fonte quando necessário para o exercício profissional, especialmente no contexto do jornalismo e da imprensa, como um meio de promover a liberdade de expressão, a transparência e a responsabilização das instituições.

**XV** - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

#### **Comentário:**

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Liberdade de Locomoção:** O inciso garante o direito à liberdade de locomoção no território nacional em tempos de paz. Isso significa que qualquer pessoa tem o direito de se movimentar livremente pelo país, incluindo entrar, permanecer ou sair dele, desde que esteja agindo de acordo com a lei.

→ **Nos Termos da Lei:** Embora a Constituição assegure a liberdade de locomoção, ela também ressalta que essa liberdade deve ser exercida "nos termos da lei". Isso significa que a liberdade de movimento não é absoluta e está sujeita a regulamentações legais. Por exemplo, a lei pode estabelecer restrições de movimento em áreas específicas por razões de segurança nacional, saúde pública ou outros interesses legítimos.

→ **Inclusão dos Bens:** O inciso também menciona que as pessoas têm o direito de entrar, permanecer ou sair do território nacional com seus bens. Isso significa que os indivíduos têm o direito de transportar seus pertences pessoais, mercadorias, propriedades e outros bens durante a sua locomoção pelo país.

A liberdade de locomoção é um direito fundamental que garante a mobilidade das pessoas e o exercício de sua autonomia pessoal. Ela é essencial para que os cidadãos possam exercer seus direitos, como o direito de trabalho, de educação, de lazer, entre outros. Além disso, a liberdade de locomoção também é um elemento fundamental para a coesão social e para a integração nacional.

No entanto, é importante ressaltar que essa liberdade não é absoluta e pode ser restringida em situações excepcionais, como em casos de emergência nacional, decretos de segurança, ou em áreas restritas, mas essas restrições devem ser estabelecidas de acordo com a lei e respeitar os direitos fundamentais dos indivíduos.

**XVI** - todos podem **reunir-se pacificamente**, sem armas, em **locais abertos** ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas **exigido prévio aviso** à autoridade competente;

#### Comentário:

Não confunda associação de reunião! No caso de associação existe um vínculo de **longa duração**, enquanto na reunião, o vínculo é **transitório**.



#### Momento da Jurisprudência

O STF, através do Recurso Extraordinário nº 806339/SE, cujo Relator foi o Ministro Marco Aurélio, entendeu que não há nenhuma forma pré-estabelecida para o prévio aviso, de modo que basta que o conhecimento sobre a reunião chegue ao conhecimento do Poder público.

Nesse sentido: "**A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local**". STF. Plenário. RE 806339/SE, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Edson Fachin, julgado em 14/12/2020 (**Repercussão Geral – Tema 855**) (**Info 1003**).

**XVII** - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, **vedada** a de caráter **paramilitar**;

**Comentário:**

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Liberdade de Associação:** O inciso assegura a liberdade de associação, o que significa que as pessoas têm o direito de se unir e se organizar em grupos, associações, organizações não governamentais, clubes e outras formas de entidades coletivas para alcançar objetivos comuns, desde que esses objetivos sejam legais e lícitos.

→ **Fins Lícitos:** A liberdade de associação se aplica apenas a fins lícitos, ou seja, as associações não podem ser formadas para realizar atividades ilegais, criminosas ou prejudiciais à sociedade. A lei exige que as associações tenham propósitos legais e estejam de acordo com a ordem pública.

→ **Vedação de Associações Paramilitares:** O inciso proíbe expressamente a formação de associações de caráter paramilitar. Associações paramilitares são grupos que possuem estrutura e organização militarizada, muitas vezes com o objetivo de realizar atividades ilegais, ameaçar a ordem pública ou promover a violência. A proibição visa a prevenir ameaças à segurança e à estabilidade do país.



**XVIII** - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo **vedada** a **interferência estatal** em seu funcionamento;

**Comentário:**

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Criação sem Autorização:** O inciso afirma que a criação de associações e cooperativas não depende de autorização prévia do Estado. Isso significa que os cidadãos têm o direito de formar associações e cooperativas livremente, sem a necessidade de aprovação governamental ou licença prévia.

→ **Vedação à Interferência Estatal:** Além de não exigir autorização prévia, o inciso proíbe a interferência do Estado no funcionamento dessas entidades. Isso implica que o governo não pode controlar ou interferir nas atividades internas, na gestão ou nas decisões das associações e cooperativas, desde que elas operem de acordo com a lei.

Vale ressaltar que, embora a criação de associações e cooperativas não exija autorização prévia, essas entidades ainda estão sujeitas à regulamentação da lei. Isso significa que as associações e cooperativas devem cumprir os requisitos legais, como registro e prestação de contas, conforme estabelecido pela legislação específica que rege seu funcionamento. Essa regulamentação visa garantir a transparência, a legalidade e o respeito às normas aplicáveis a essas organizações.

**XIX** - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

#### Comentário:

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Dissolução Compulsória por Decisão Judicial:** O inciso estabelece que uma associação só pode ser dissolvida ou ter suas atividades suspensas de forma compulsória por meio de uma decisão judicial. Isso significa que somente um juiz, após um processo legal adequado, pode determinar a dissolução ou suspensão das atividades de uma associação.

→ **Exigência de Trânsito em Julgado:** No caso de dissolução compulsória de uma associação, a decisão judicial só pode ser efetivada após o trânsito em julgado. O "trânsito em julgado" significa que a decisão judicial passou por todas as etapas de apelação e não há mais possibilidade de recurso. Essa exigência garante que a dissolução de uma associação só ocorra após esgotados todos os recursos legais e garantias de defesa.

Esse artigo da Constituição tem o objetivo de proteger a liberdade de associação e os direitos das associações, impedindo que o Estado dissolva essas organizações de forma arbitrária ou sem o devido processo legal. A dissolução compulsória de uma associação é uma medida excepcional que só deve ser aplicada em casos muito graves, nos quais a associação esteja envolvida em atividades ilegais ou prejudiciais à sociedade.

A exigência do trânsito em julgado é especialmente relevante porque assegura que a decisão de dissolução seja tomada somente após esgotadas todas as instâncias judiciais e todas as oportunidades de defesa da associação, garantindo um processo justo e equitativo.

Dissolução compulsória

exige ordem judicial trânsito em julgado

Suspensão das atividades

Exige decisão judicial

**XX** - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

**XXI** - as entidades associativas, quando **expressamente autorizadas**, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

**XXII** - é garantido o direito de propriedade;

#### Comentário:

O reconhecimento do direito de propriedade como um direito fundamental é importante porque protege os interesses legais e econômicos dos indivíduos e das empresas. A propriedade privada é um dos pilares do sistema econômico e social em muitos países, incluindo o Brasil, e desempenha um papel essencial na proteção dos direitos de propriedade e na promoção do desenvolvimento econômico.

É importante destacar que, apesar da garantia do direito de propriedade, a Constituição também estabelece limitações e condições para o exercício desse direito. Por exemplo, a propriedade deve cumprir sua função social, o que significa que sua utilização deve beneficiar a coletividade, e há restrições para propriedades em áreas de preservação ambiental. Além disso, a desapropriação por utilidade pública mediante justa e prévia indenização é prevista em lei.

**XXIII** - a propriedade atenderá a sua **função social**;

**XXIV** - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante **justa** e **prévia indenização** em **dinheiro**, **ressalvados** os casos previstos nesta **Constituição**;

#### Comentário:

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Procedimento Legal:** O inciso estabelece que a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, deve seguir um procedimento legal específico que será estabelecido por lei.

→ **Justa e Prévia Indenização em Dinheiro:** O inciso garante que o proprietário afetado pela desapropriação deve receber uma indenização justa e em dinheiro como compensação pela perda

de sua propriedade. Essa indenização deve ser determinada de maneira justa, considerando o valor de mercado do bem, eventuais prejuízos e desvalorização associada à desapropriação.

A desapropriação é uma ação do Estado que permite a aquisição de propriedades privadas em prol do bem comum. No entanto, essa ação é estritamente regulamentada para proteger os direitos dos proprietários e garantir que a indenização seja justa e adequada. Além disso, a Constituição também estabelece que a desapropriação deve ser feita apenas em casos de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, restringindo o poder do Estado de confiscar propriedades de forma arbitrária.

**XXV** - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário **indenização ulterior, se houver dano**;

**XXVI** - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, **desde que trabalhada** pela **família**, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

**XXVII** - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

**XXVIII** - são assegurados, nos termos da lei:

- a)** a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
- b)** o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

#### Comentário:

#### são assegurados

- a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

- o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

**XXIX** - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a

outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

**XXX** - é garantido o direito de herança;

**XXXI** - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

**XXXII** - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

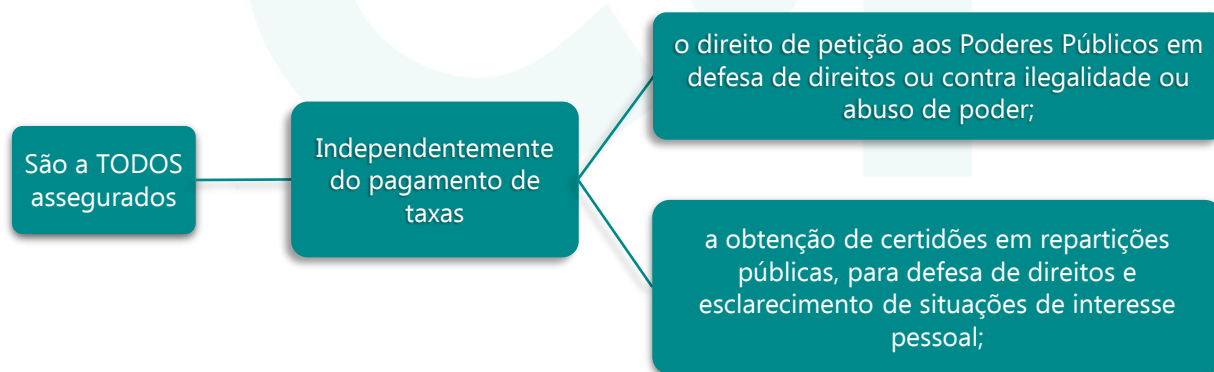
**XXXIII** - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas** aquelas cujo sigilo seja **imprescindível** à **segurança** da **sociedade** e do **Estado**;

**XXXIV** - são a todos assegurados, **independentemente** do **pagamento** de **taxas**:

**a)** o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

**b)** a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

#### Comentário:



**XXXV** - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

#### Comentário:

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Acesso à Justiça:** O inciso assegura o princípio fundamental do acesso à justiça. Isso significa que qualquer pessoa que acredite que seus direitos estejam sendo violados ou ameaçados tem o direito de buscar a proteção e a intervenção do Poder Judiciário para resolver a disputa ou reclamação.

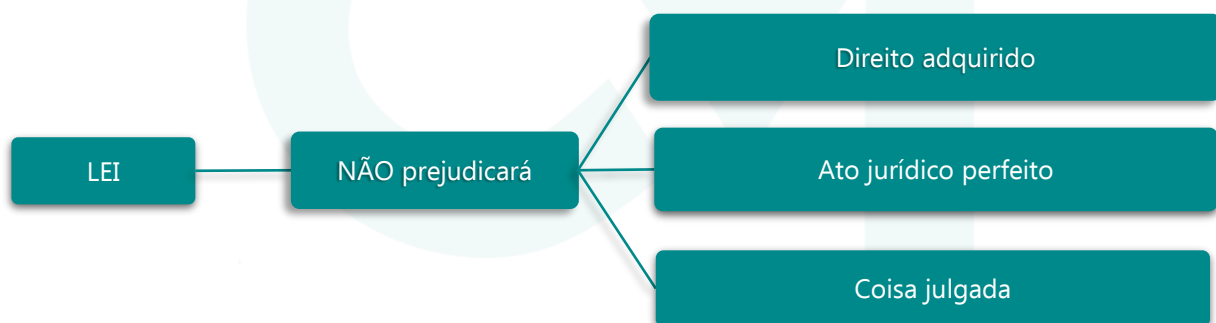
→ **Inafastabilidade da Jurisdição:** O inciso estabelece que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário nos casos que ocorram lesão ou ameaça a direito. Em outras palavras, nenhum ato legislativo ou norma legal pode impedir que uma pessoa apresente sua reclamação ou causa perante o sistema judiciário, desde que haja alegação de que um direito foi prejudicado ou está em perigo.

Esse princípio da inafastabilidade da jurisdição é fundamental para a democracia e o Estado de Direito, pois garante que os cidadãos tenham um recurso eficaz e imparcial para a resolução de conflitos legais e a proteção de seus direitos. Ele também contribui para a prevenção e a correção de abusos por parte do poder público ou de terceiros.

Portanto, o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição brasileira destaca a importância do Poder Judiciário como um recurso acessível para a proteção dos direitos dos cidadãos. Ele impede que o legislador exclua determinadas questões da apreciação judicial, garantindo que todos tenham a oportunidade de buscar justiça e remediar lesões ou ameaças a direitos por meio do sistema judicial. Isso fortalece o estado de direito e a proteção dos direitos individuais e coletivos na sociedade brasileira.

**XXXVI** - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

**Comentário:**



**XXXVII** - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

**Comentário:**

O inciso proíbe **expressamente** a existência de juízos ou tribunais de exceção no Brasil. Isso significa que é vedada a criação de cortes especiais ou a designação de juizes com poderes extraordinários para julgar casos específicos ou indivíduos de maneira arbitrária, fora do sistema judicial previsto na Constituição Federal.

O princípio do juízo ou tribunal de exceção é fundamental para a proteção dos direitos humanos e o estado de direito. Ele assegura que todos os cidadãos, independentemente de quem sejam ou do

que sejam acusados, sejam julgados de acordo com as normas legais e processuais estabelecidas e tenham direito a um julgamento justo e imparcial.

Os juízos ou tribunais de exceção são frequentemente associados a regimes autoritários, nos quais o governo busca eliminar a independência do poder judiciário e tomar medidas punitivas arbitrárias contra opositores políticos, grupos minoritários ou qualquer pessoa considerada uma ameaça ao regime. Eles não garantem a imparcialidade nem o devido processo legal e são incompatíveis com os princípios democráticos e de direitos humanos.

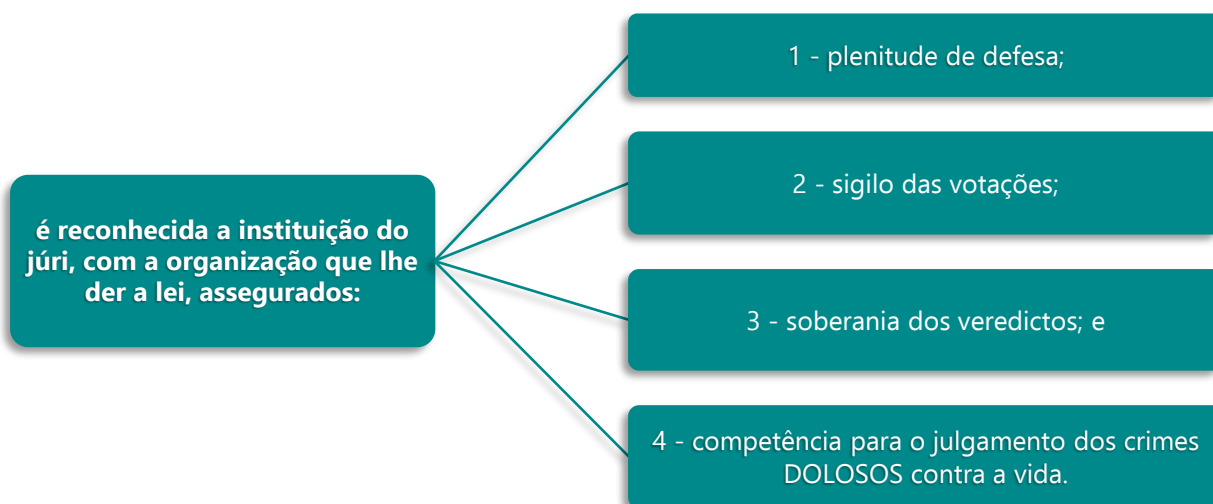
Portanto, o artigo 5º, inciso XXXVII, da Constituição brasileira proíbe a criação ou o funcionamento de qualquer forma de juízo ou tribunal de exceção, reafirmando o compromisso do país com a justiça, a igualdade perante a lei e a proteção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Esse princípio contribui para a preservação da democracia, da liberdade e do estado de direito no Brasil.



**XXXVIII** - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a **plenitude** de **defesa**;
- b) o **sigilo** das votações;
- c) a **soberania** dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos **crimes dolosos contra a vida**;

**Comentário:**



**XXXIX** - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

#### Comentário:

O inciso estabelece que, no âmbito do direito penal, nenhum ato pode ser considerado crime a menos que exista uma lei anterior que defina explicitamente o ato como crime. Além disso, nenhuma pena pode ser imposta a menos que haja uma previsão legal específica que estabeleça a punição para o crime em questão.

Esse princípio é conhecido como o "princípio da legalidade" ou "*nullum crimen, nulla poena sine lege*," que significa "nenhum crime, nenhuma pena sem lei." Ele é uma pedra angular do direito penal e impõe restrições rigorosas à criminalização de condutas e à imposição de penas. Em outras palavras, as pessoas só podem ser consideradas criminosas e sujeitas a punições se suas ações estiverem claramente definidas como crimes por meio de leis previamente estabelecidas.

Esse princípio é essencial para proteger os direitos individuais e garantir que o Estado não exerça seu poder punitivo de forma arbitrária. Ele assegura que os cidadãos tenham conhecimento prévio das condutas que são consideradas criminosas e das penalidades associadas a essas condutas. Além disso, ele impede que o governo crie leis retroativas ou que aplique penas sem a devida base legal.

**XL** - a lei penal não retroagirá, **salvo** para **beneficiar** o réu;

#### Comentário:

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Princípio da Irretroatividade da Lei Penal:** O inciso estabelece que as leis penais não podem retroagir, ou seja, não podem ser aplicadas a eventos que ocorreram antes de sua entrada em vigor.

Isso significa que uma pessoa não pode ser penalizada com base em uma lei penal que foi promulgada depois que o ato supostamente criminoso foi cometido.

→ **Exceção em Benefício do Réu:** A irretroatividade é a regra geral, mas o inciso também estabelece uma exceção importante. A lei penal pode retroagir, desde que seja para beneficiar o réu. Isso significa que, se uma nova lei penal mais branda for promulgada após a prática de um crime, o réu tem o direito de ser julgado com base na lei mais favorável, mesmo que o ato tenha ocorrido antes da vigência dessa nova lei.

**XLI** - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

**XLII** - a prática do **racismo** constitui crime **inafiançável** e **imprescritível**, sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei;

### Comentário:

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Crime de Racismo:** O inciso considera a prática do racismo como um crime. O racismo se refere à discriminação, preconceito, ódio ou hostilidade dirigida contra indivíduos ou grupos com base em sua raça, cor da pele, origem étnica, nacionalidade ou outras características relacionadas à sua identidade racial ou étnica.

→ **Inafiançável:** O inciso estabelece que o crime de racismo é inafiançável. Isso significa que uma pessoa acusada de racismo não pode pagar uma fiança para ser liberada enquanto aguarda julgamento. Essa medida visa a assegurar que os acusados de racismo sejam detidos durante o processo judicial para evitar a impunidade e garantir a eficácia da lei.

→ **Imprescritível:** O inciso também estabelece que o crime de racismo é imprescritível. Isso significa que não há limite de tempo para iniciar o processo legal contra alguém acusado de racismo. Mesmo que o crime tenha ocorrido há muito tempo, a acusação e o julgamento podem ocorrer a qualquer momento.

→ **Pena de Reclusão:** O inciso determina que o crime de racismo é sujeito à pena de reclusão, que é uma forma mais severa de punição em relação à prisão. A pena de reclusão implica que o condenado cumprirá sua pena em regime fechado, em estabelecimento prisional, e não em regime aberto ou semiaberto.

O objetivo desse artigo da Constituição é combater o racismo de forma enérgica e eficaz, reconhecendo a gravidade desse tipo de discriminação e o impacto negativo que ela tem na sociedade. Ao tornar o racismo inafiançável e imprescritível, a Constituição visa a desencorajar essa prática odiosa e garantir que aqueles que a praticam sejam responsabilizados perante a lei.

Vale ressaltar que a legislação brasileira prevê penas específicas para o crime de racismo, conforme estabelecido por leis como a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

raça ou cor. Portanto, o artigo 5º, inciso XLII, da Constituição é complementado por legislação infraconstitucional que estabelece as punições detalhadas para o crime de racismo no país.

**XLIII** - a lei considerará crimes **inafiançáveis e insuscetíveis de graça** ou **anistia** a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

**XLIV** - constitui crime **inafiançável e imprescritível** a **ação de grupos armados**, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

#### Comentário:

Crimes inafiançáveis e imprescritíveis	Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia
Racismo + injúria racial	Tortura
Ação de grupos armado civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático (golpe de estado)	Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins
	Terrorismo
	Crimes hediondos

#### **Importante!**

Não obstante o crime de racismo esteja diretamente ligado ao Direito Penal e não ao Constitucional, achamos por bem esclarecer alguns pontos importantes com o advento da **Lei 14.532/23**.

A **Lei 14.532/23** passou a prever que a injúria racial, antes tipificada como crime de injúria no **art. 140, §3º do CP**, seja agora descrita como crime de racismo no **art. 2º-A da Lei 7.716/89**.

Assim sendo, uma grande implicação é o fato de que a injúria racial, enquanto crime de racismo, passa a ser crime imprescritível e inafiançável, bem como também a ser crime de ação penal pública incondicionada.

Por fim, caso a injúria seja referente à utilização de elementos referentes à religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência, o crime continua tipificado no Código Penal (**art. 140, §3º, do CP**), sendo crime de ação pena pública condicionada à representação do ofendido (**art. 145 § único, do CP**).

**XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado**, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

#### Comentário:

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Intranscendência da Pena:** O inciso estabelece o princípio da intranscendência da pena, que significa que a pena criminal deve ser imposta apenas à pessoa condenada pelo crime e não pode ser estendida a terceiros que não tenham participado diretamente no delito. Isso garante que a punição seja justa e proporcional à culpa do condenado.

→ **Obrigação de Reparar o Dano:** O inciso também menciona a obrigação de reparar o dano causado. Isso significa que, nos termos da lei, uma pessoa condenada por um crime pode ser obrigada a compensar financeiramente a vítima ou a sociedade pelos prejuízos causados pelo delito. Essa obrigação visa à restauração do equilíbrio e da justiça, proporcionando às vítimas uma forma de serem ressarcidas pelos danos sofridos.

→ **Perdimento de Bens:** O inciso menciona a possibilidade de decretação do perdimento de bens. Isso significa que, nos termos da lei, uma pessoa condenada por determinados tipos de crimes pode ter seus bens confiscados como parte da pena. Essa medida visa a privar o condenado de bens obtidos ilícitamente ou que tenham relação direta com a prática criminosa.

→ **Extensão aos Sucessores:** O inciso estabelece que a obrigação de reparar o dano e o perdimento de bens podem ser estendidos aos sucessores do condenado. Isso significa que, em alguns casos, os herdeiros do condenado podem ser responsabilizados e executados para cumprir essas obrigações, mas apenas até o limite do valor do patrimônio transferido por herança.

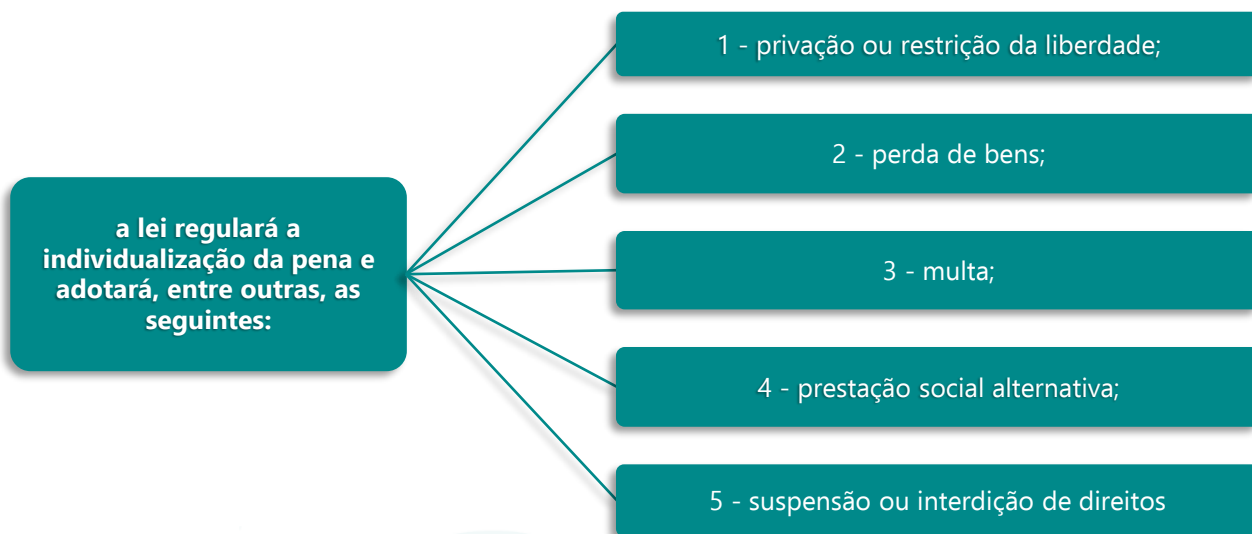
Esse artigo busca garantir que as penalidades impostas pelo sistema de justiça penal sejam direcionadas de maneira justa e adequada à pessoa condenada, evitando a punição injusta de terceiros que não têm responsabilidade no crime. Além disso, visa a assegurar a reparação dos danos causados às vítimas e a combater o enriquecimento ilícito por meio da confiscação de bens obtidos de forma criminosa.

**XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:**

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

**Comentário:**



**XLVII** - não haverá penas:

a) de **morte**, **salvo** em caso de **guerra declarada**, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter **perpétuo**;

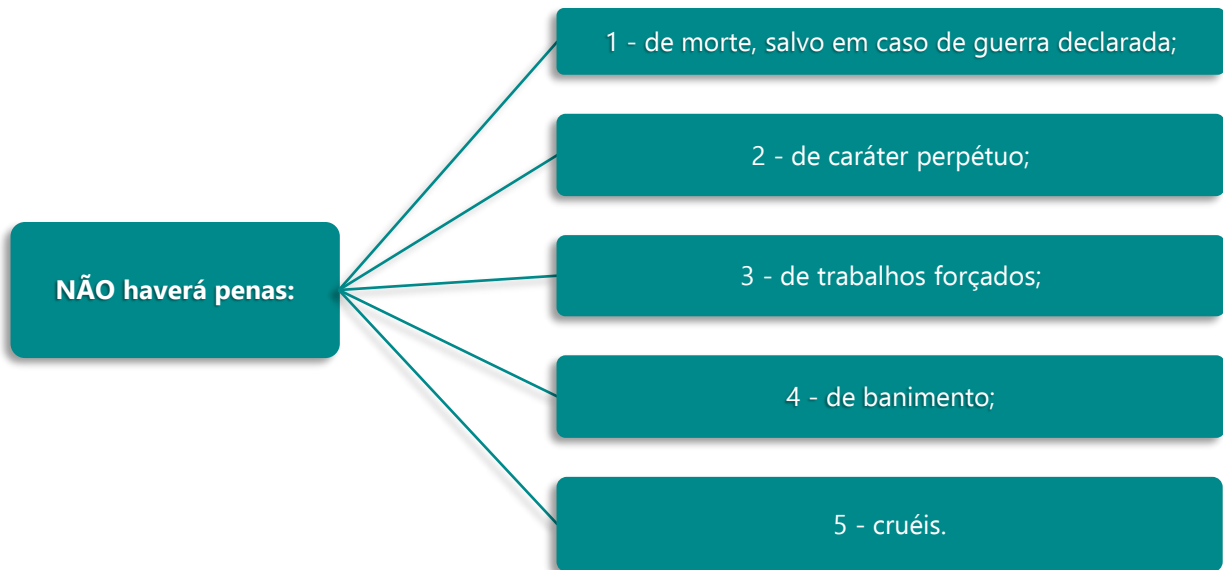
c) de trabalhos forçados;

d) de **banimento**;

e) **cruéis**;

**Comentário:**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



**XLVIII** - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

**XLIX** - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

**L** - às **presidiárias** serão asseguradas condições para que possam **permanecer** com seus **filhos** durante o período de **amamentação**;

**LI** - **nenhum brasileiro** será **extraditado**, **salvo** o **naturalizado**, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

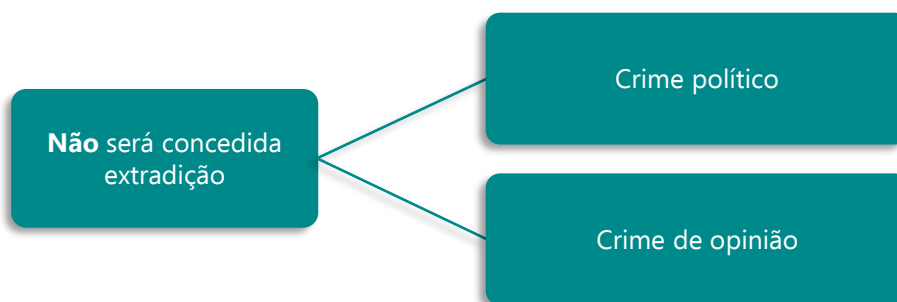
**Comentário:**



**LII** - não será concedida extradição de estrangeiro por **crime político** ou de **opinião**;

**Comentário:**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



**LIII** - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

#### Comentário:

O princípio do juiz natural se refere à existência de juízo adequado para o julgamento de determinada demanda, conforme as regras de fixação de competência, e à proibição de juízos extraordinários ou tribunais de exceção constituídos após os fatos.

**LIV** - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

**LV** - aos litigantes, em processo **judicial** ou **administrativo**, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

**LVI** - são **inadmissíveis**, no processo, as **provas** obtidas por meios **ilícitos**;

**LVII** - ninguém será considerado culpado até o **trânsito em julgado** de sentença penal condenatória;

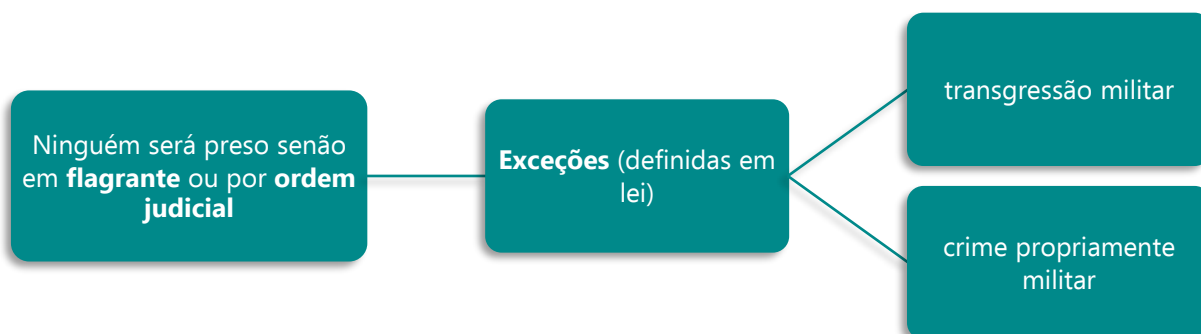
**LVIII** - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, **salvo** nas hipóteses previstas em lei;

**LIX** - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

**LX** - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

**LXI** - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, **salvo** nos casos de **transgressão militar** ou **crime propriamente militar**, definidos em lei;

#### Comentário:



**LXII** - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão **comunicados imediatamente** ao **juiz competente** e à **família** do preso ou à pessoa por ele indicada;

**LXIII** - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de **permanecer calado**, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

**LXIV** - o preso tem direito à **identificação dos responsáveis** por sua **prisão** ou por seu interrogatório policial;

**LXV** - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

**LXVI** - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

**LXVII** - não haverá prisão civil por dívida, **salvo** a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

#### **Comentário:**

Este inciso contém os seguintes elementos-chave:

→ **Proibição da Prisão Civil por Dívida:** O inciso estabelece a regra geral de que não será permitida a prisão civil em decorrência de dívida. Isso significa que uma pessoa não pode ser presa simplesmente por não pagar uma dívida financeira, seja ela de que natureza for, como empréstimos, dívidas de consumo, contratos de compra e venda, entre outras.

→ **Exceções à Proibição:** O inciso faz duas exceções importantes à regra geral.

**i) Primeira Exceção:** A primeira exceção permite a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de uma obrigação alimentícia. Isso significa que uma pessoa que deixar de pagar alimentos aos seus dependentes, como filhos, cônjuge ou idosos, e que não tenha uma justificativa válida para o não pagamento, pode ser presa.

**ii) Segunda Exceção:** A segunda exceção permite a prisão civil do depositário infiel. Um depositário é alguém a quem foi confiada a guarda de bens ou valores de terceiros, geralmente por meio de um

contrato ou ordem judicial. Se o depositário não cumprir suas obrigações, como a devolução dos bens ou valores quando solicitado, ele pode ser preso.

Embora a Constituição Federal de 1988 preveja a possibilidade de prisão do depositário infiel, na prática, a jurisprudência estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) evoluiu para restringir consideravelmente o uso dessa modalidade de prisão civil. Isso ocorreu em virtude da interpretação e aplicação das normas constitucionais e do desenvolvimento da jurisprudência ao longo do tempo.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXVII, menciona explicitamente que a prisão do depositário infiel é uma exceção à regra geral de proibição de prisão civil por dívida. No entanto, essa disposição constitucional foi objeto de discussões e questionamentos à luz dos princípios constitucionais de proteção dos direitos fundamentais.

Como resultado, na prática, a única dívida que efetivamente leva à prisão no Brasil é a da pensão alimentícia, e mesmo nesse caso, a prisão só é decretada quando o inadimplemento é voluntário e inescusável, ou seja, quando o devedor tem condições de pagar a pensão alimentícia, mas se recusa a fazê-lo de forma deliberada e injustificada. Isso está de acordo com a jurisprudência consolidada do STF e com os princípios constitucionais de proteção dos direitos fundamentais.

Portanto, embora a Constituição mantenha a previsão da prisão do depositário infiel em seu texto, atualmente é ILÍCITA a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.



#### Momento da Súmula

**Súmula vinculante 25:** É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

**Súmula 419 do STJ:** Descabe a prisão civil do depositário infiel.

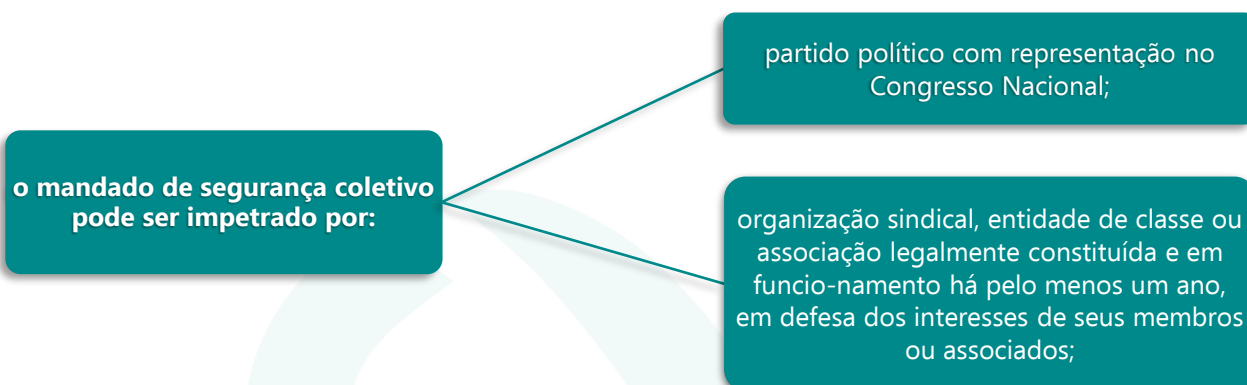
**LXVIII -** conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém **sofrer** ou se achar **ameaçado** de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

**LXIX** - conceder-se-á mandado de segurança para proteger **direito líquido e certo**, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

**LXX** - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

**Comentário:**



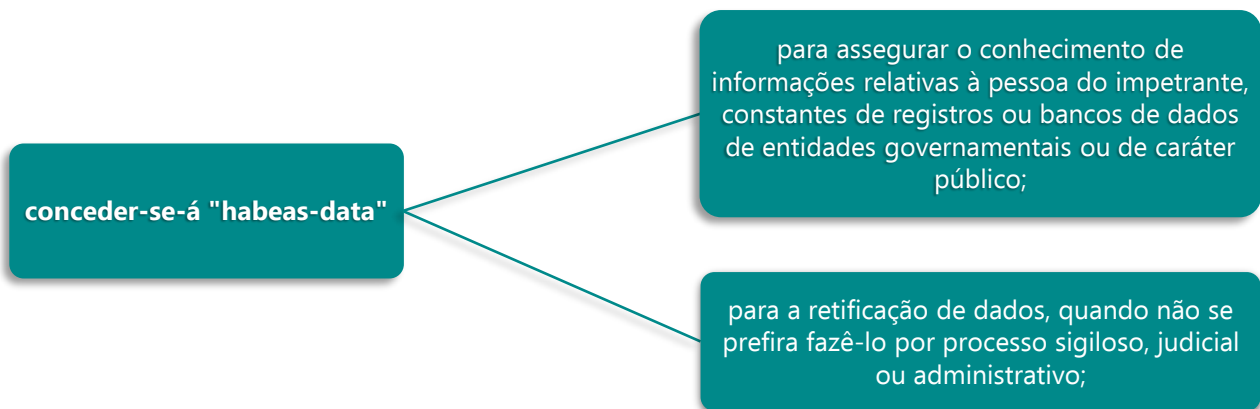
**LXXI** - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a **falta** de **norma regulamentadora** torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à **nacionalidade**, à **soberania** e à **cidadania**;

**LXXII** - conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

**Comentário:**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



**LXXIII** - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

#### Comentário:

Após a leitura dos dispositivos relacionados aos **remédios constitucionais**, iremos fazer o quadro esquematizado:

Remédio Constitucional	Bem Tutelado
Habeas Corpus – HC	Direito de locomoção – ir, vir e ficar
Habeas Data – HD	Direito de informação de caráter pessoal
Mandado de Segurança – MS	Direito líquido e certo, não amparado por HC/HD
Mandado de Injunção – MI	Sanar omissões legislativas
Ação Popular – AP	Combater atos lesivos
Ação Civil Pública – ACP	Danos causados ao meio ambiente, consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

**LXXIV** - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem **insuficiência de recursos**;

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

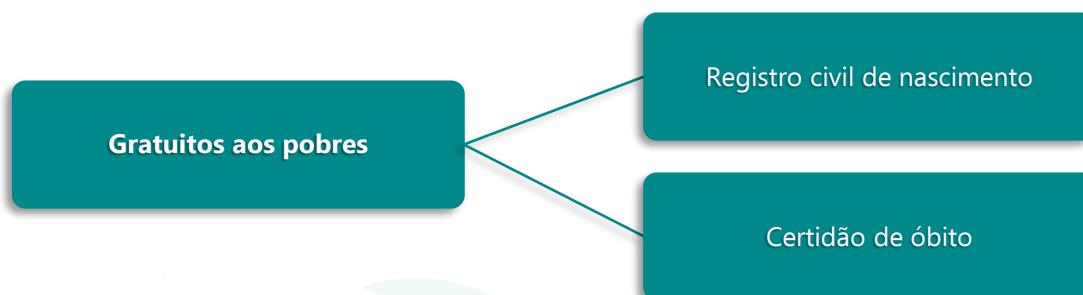
**LXXV** - o **Estado indenizará** o condenado por **erro judiciário**, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

**LXXVI** - são **gratuitos** para os reconhecidamente **pobres**, na forma da lei:

a) o **registro civil** de **nascimento**;

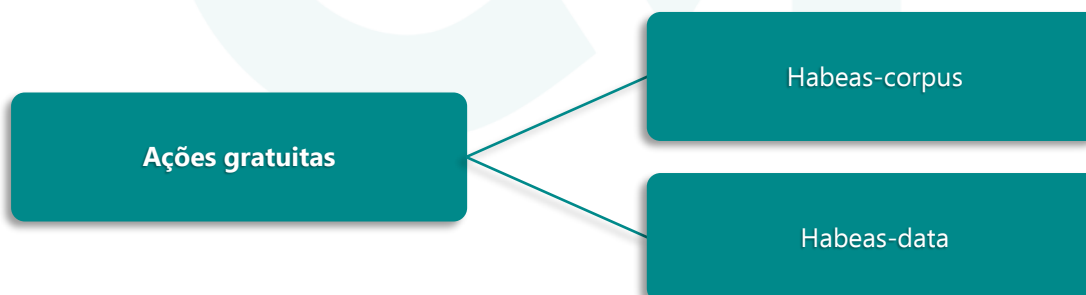
b) a **certidão** de **óbito**;

**Comentário:**



**LXXVII** - são **gratuitas** as **ações** de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

**Comentário:**



**LXXVIII** - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

**LXXIX** - é **assegurado**, nos termos da lei, o direito à **proteção dos dados pessoais**, inclusive nos meios digitais. EC nº 115, de 2022

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm **aplicação imediata**.

**Comentário:**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

O artigo 5º, § 1º, da Constituição Federal determina que os direitos e garantias fundamentais entram em vigor imediatamente após a promulgação da Constituição de 1988, não sendo necessário aguardar a criação de leis complementares ou regulamentações para que se tornem efetivos. Isso significa a aplicação imediata mencionada no artigo.

Isso quer dizer que, em regra, as disposições constitucionais que estabelecem os direitos fundamentais não requerem intervenção legislativa para serem efetivas.

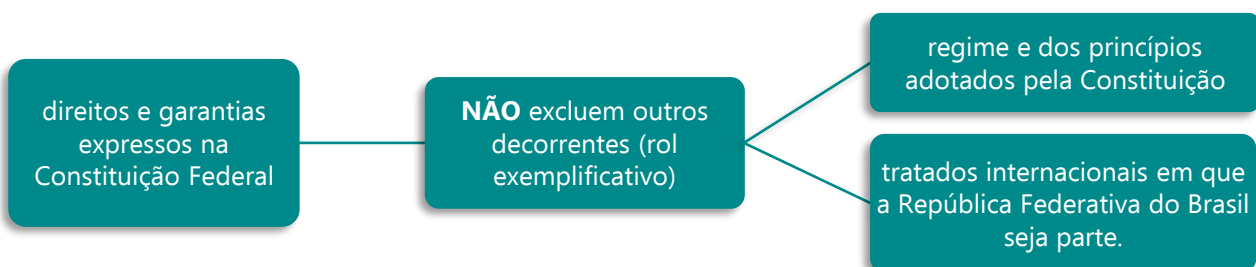


§ 2º Os **direitos** e **garantias** expressos nesta Constituição **não excluem outros** decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

#### Comentário:

O artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal reconhece que a enumeração de direitos na Constituição **não é exaustiva** (rol exemplificativo). Mesmo que um direito específico não esteja claramente mencionado neste dispositivo, ele pode ser reconhecido e protegido, desde que esteja alinhado com os princípios e o sistema jurídico adotado pela Constituição.

Além disso, a inclusão da referência aos tratados internacionais destaca a importância do compromisso internacional do Brasil.



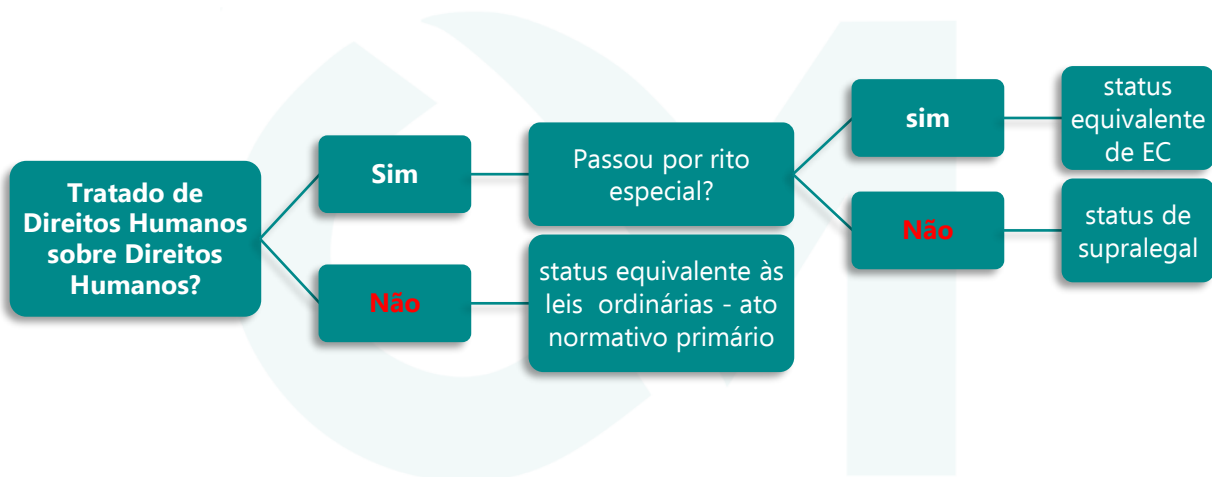
§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre **direitos humanos** que forem aprovados, em **cada Casa** do **Congresso** Nacional, em **dois** turnos, por **três quintos** dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às **emendas constitucionais**.

#### Comentário:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Equivalentes a	Matéria
<b>Emenda Constitucional</b> – aprovação nas duas casas do Congresso Nacional em 2 turnos, com 3/5 dos votos (art. 5º, §3º da CF)	Tratar de Direitos Humanos
<b>Norma Supralegal</b> - quórum de aprovação maioria simples, com ½ dos membros presentes	Tratar de Direitos Humanos
<b>Lei ordinária</b> – quórum de aprovação maioria simples, com ½ dos membros presentes	<b>NÃO</b> tratar de Direitos Humanos

Esquema sobre a incorporação de Tratados Internacionais no ordenamento jurídico brasileiro:



**Tome nota!**

Tenha em que, atualmente, possuímos os seguintes **Tratados Internacionais de Direitos Humanos** com status de emenda constitucional:

→ **Decreto nº 10.932/2022**: Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

→ **Decreto 9.522/2018**: Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.

→ **Decreto Legislativo 261/2015**: Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.

→ **Decreto 6.949/2009:** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 2007.

→ **Decreto Legislativo 186/2008:** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 2007.

§ 4º O **Brasil** se **submete** à jurisdição de **Tribunal Penal Internacional** a cuja criação tenha manifestado adesão.

#### Comentário:



#### Momento da Súmula

**Súmula vinculante 1:** Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante do termo de adesão instituído pela Lei Complementar 110/2001.

**Súmula 654 do STF:** A garantia da irretroatividade da lei, prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

**Súmula 2 do STJ:** Não cabe o habeas data (CF, art. 5º, LXXII, letra "a") se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.

**Súmula 280 do STJ:** O art. 35 do Decreto-Lei nº 7.661, de 1945, que estabelece a prisão administrativa, foi revogado pelos incisos LXI e LXVII do art. 5º da Constituição Federal de 1988

**Súmula 403 do STJ:** Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

**Súmula 444 do STJ:** É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

## NOÇÕES DE CONTABILIDADE

### NOÇÕES DE CONTABILIDADE GERAL E ESTRUTURA NORMATIVA

#### 1) Introdução

Iniciaremos os estudos da matéria de Contabilidade Geral:

1 – Noções Introdutórias de Contabilidade.

#### 2) Conceito e Objetivo

A **contabilidade** é uma disciplina fundamental que envolve a coleta, registro, análise, interpretação e apresentação de informações financeiras e econômicas de uma entidade, seja ela uma empresa, organização sem fins lucrativos, governo ou indivíduo.

A Contabilidade é relevante para organizações **econômico-administrativas**, também conhecidas como "**aziendas**" (palavra italiana que se refere a fazendas), independentemente de terem ou não fins lucrativos, desde que possuam um patrimônio. Seu **objetivo principal** é fornecer informações precisas e relevantes sobre as atividades financeiras de uma entidade, permitindo que os stakeholders<sup>1</sup> tomem decisões informadas.

O objeto da contabilidade é o **patrimônio**, o qual é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma azienda. Através dos atos praticados pela administração, a entidade busca atingir seus objetivos, sejam eles de natureza econômica ou social, independentemente de estarem voltados para o lucro ou não, com base em seu patrimônio.

O patrimônio é composto por **ativos** (são os recursos econômicos com o potencial de gerar benefícios futuros, tais como dinheiro, estoques, equipamentos, propriedades e contas a receber), **passivos** (obrigações financeiras e compromissos da entidade, tais como dívidas, contas a pagar, empréstimos, salários a pagar) e **patrimônio líquido** (trata-se da diferença entre os ativos e passivos, ou seja, a parte residual após a dedução de todas as obrigações, também conhecido como capital próprio).

$$\text{Patrimônio} = \text{Bens} + \text{Direitos} + \text{Obrigações}$$

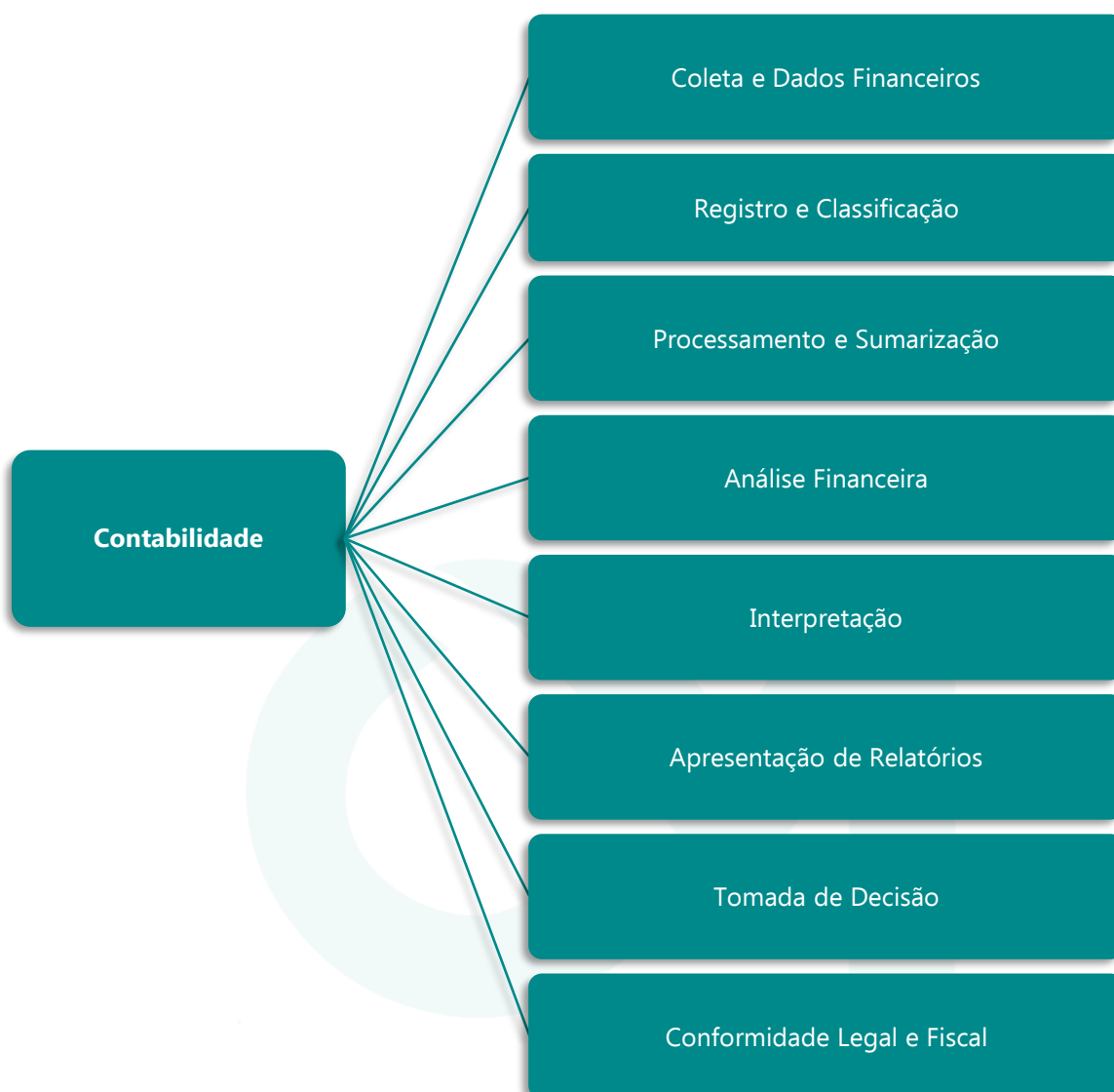
A contabilidade é uma disciplina dinâmica e em constante evolução, influenciada por mudanças nas normas contábeis, tecnologia e práticas comerciais. Ela desempenha um papel central na gestão e

---

<sup>1</sup> Stakeholders: Grupo de pessoas, empresas ou instituições que tem algum tipo de interesse na gestão e nos resultados de um projeto ou organização, influenciando ou sendo influenciados – direta ou indiretamente – por ela.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

no controle financeiro de qualquer organização fornecendo informações essenciais para avaliar seu desempenho e tomar decisões estratégicas.



Vamos estudar agora, os principais elementos que compõem o conceito de contabilidade.

### 3) Elementos Principais da Contabilidade

Aqui estão os principais elementos que compõem o conceito de contabilidade:

**Elementos Principais da Contabilidade**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Coleta de Dados Financeiros	O processo começa com a coleta de todos os dados financeiros relevantes, incluindo transações comerciais, receitas, despesas, ativos e passivos. Esses dados podem ser obtidos de fontes como faturas, extratos bancários, registros de vendas e muito mais.
Registro e Classificação	Após a coleta, os dados financeiros são registrados e classificados de acordo com os princípios contábeis e as normas contábeis aplicáveis. Isso geralmente envolve o uso de contas contábeis, como contas a receber, contas a pagar, ativos fixos, etc.
Processamento e Sumarização	Os dados são processados para produzir informações mais úteis. Isso inclui a elaboração de demonstrações financeiras, como o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e o fluxo de caixa. Essas demonstrações resumem as atividades financeiras da entidade em um período específico.
Análise Financeira	Após a produção das demonstrações financeiras, os contadores e analistas financeiros examinam as informações para identificar tendências, padrões e áreas de preocupação. A análise financeira ajuda a entender o desempenho financeiro da entidade e a tomar decisões informadas.
Interpretação	A interpretação das informações é crucial para comunicar eficazmente a situação financeira e o desempenho da entidade para os stakeholders. Isso inclui acionistas, investidores, credores, reguladores e gerentes.
Apresentação de Relatórios	As informações financeiras são apresentadas em relatórios formais, como relatórios anuais, que são disponibilizados para os stakeholders. Esses relatórios devem cumprir as normas contábeis e regulatórias estabelecidas.
Tomada de Decisão	A contabilidade fornece informações críticas que auxiliam na tomada de decisões. Isso pode incluir decisões de investimento, empréstimos, contratação de pessoal, estratégia de negócios e muito mais.
Conformidade Legal e Fiscal	A contabilidade também desempenha um papel importante na garantia de que a entidade esteja em conformidade com as leis e regulamentos fiscais e financeiros. Isso é crucial para evitar penalidades legais e garantir a transparência nas operações.

#### 4) Finalidade da Contabilidade

A finalidade da contabilidade é multifacetada e abrange uma série de objetivos e propósitos essenciais para empresas, organizações sem fins lucrativos, governos e indivíduos. Vamos explorar as principais finalidades da contabilidade:

→ **Registro e Controle Financeiro:** A contabilidade serve como um sistema de registro que acompanha todas as transações financeiras de uma entidade. Isso inclui receitas, despesas, ativos, passivos e patrimônio líquido. O objetivo é manter um registro preciso e organizado de todas as atividades financeiras.

→ **Fornecer Informações Financeiras Precisas:** A contabilidade tem a finalidade primordial de fornecer informações financeiras precisas e confiáveis. Essas informações são vitais para a tomada de decisões informadas por parte dos gestores, investidores, credores e outros stakeholders.

→ **Avaliar o Desempenho Financeiro:** Através da contabilidade, é possível avaliar o desempenho financeiro de uma entidade em um determinado período. Isso inclui a análise de lucros e perdas, fluxo de caixa, rentabilidade e eficiência operacional.

→ **Facilitar a Tomada de Decisões:** A contabilidade fornece informações que auxiliam na tomada de decisões. Isso pode incluir decisões de investimento, financiamento, expansão de negócios, corte de custos, contratação de pessoal e estratégias de mercado.

→ **Demonstrar Conformidade Legal e Regulatória:** Empresas e organizações devem cumprir regulamentações legais e fiscais. A contabilidade ajuda a demonstrar essa conformidade, garantindo que os registros financeiros estejam em ordem e que os impostos sejam calculados e pagos corretamente.

→ **Avaliação de Risco e Responsabilidade:** A contabilidade também é usada para avaliar os riscos financeiros e as responsabilidades de uma entidade. Isso é fundamental para identificar e mitigar ameaças financeiras e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

→ **Facilitar a Comunicação com Stakeholders:** Os relatórios financeiros gerados pela contabilidade são ferramentas cruciais para comunicar informações financeiras aos stakeholders, como acionistas, investidores, credores, reguladores, funcionários e o público em geral.

→ **Apoiar o Planejamento Financeiro e Orçamentário:** A contabilidade desempenha um papel vital no planejamento financeiro e orçamentário. Ela ajuda as organizações a estabelecerem metas financeiras realistas, controlar os gastos e monitorar o progresso em relação a essas metas.

→ **Avaliar a Viabilidade de Negócios:** Para empreendedores e empresas em estágio inicial, a contabilidade é essencial para avaliar a viabilidade de um novo negócio. Isso envolve a criação de projeções financeiras e a análise de custos e receitas potenciais.

→ **Fornecer Transparência e Prestação de Contas:** A contabilidade promove a transparência nas operações financeiras de uma entidade e permite que os gestores prestem contas pelo uso dos recursos financeiros.

→ **Apoiar Auditoria e Revisão Financeira:** A contabilidade fornece a base para auditorias financeiras independentes, que são realizadas por auditores externos para verificar a precisão dos registros financeiros e garantir a conformidade com as normas contábeis e regulamentações.

Em resumo, a contabilidade desempenha um papel fundamental na **gestão financeira** e no **controle de organizações e indivíduos**. Ela é essencial para a tomada de decisões informadas, o cumprimento de obrigações legais e regulatórias, a comunicação eficaz com stakeholders e a garantia da saúde financeira a longo prazo.

## 5) Campo de Atuação

A contabilidade é uma disciplina amplamente aplicável e desempenha um papel fundamental em várias áreas e setores da sociedade.

O campo de atuação da contabilidade é vasto e inclui:

Principais Campos de Atuação	
Empresas e Negócios	A contabilidade é amplamente usada no setor privado, onde ajuda as empresas a registrarem transações financeiras, gerar relatórios financeiros, avaliar o desempenho, planejar orçamentos e cumprir obrigações fiscais. Contadores e profissionais de finanças desempenham um papel crucial na gestão financeira e estratégica das empresas.
Setor Público	A contabilidade governamental é usada por entidades governamentais em todos os níveis (federal, estadual e municipal) para registrar e controlar as finanças públicas. Isso inclui a elaboração de orçamentos, relatórios financeiros, auditorias e garantia de conformidade com as leis e regulamentos fiscais.
Organizações Sem Fins Lucrativos	Organizações sem fins lucrativos, como instituições de caridade, fundações e organizações não governamentais (ONGs), usam a contabilidade para gerenciar seus recursos financeiros, demonstrar transparência aos doadores e garantir o cumprimento de regulamentos de contabilidade específicos para o setor sem fins lucrativos.
Setor Financeiro	Bancos, instituições financeiras e empresas de seguros usam a contabilidade para gerenciar ativos, passivos, riscos financeiros e conformidade regulatória. A

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

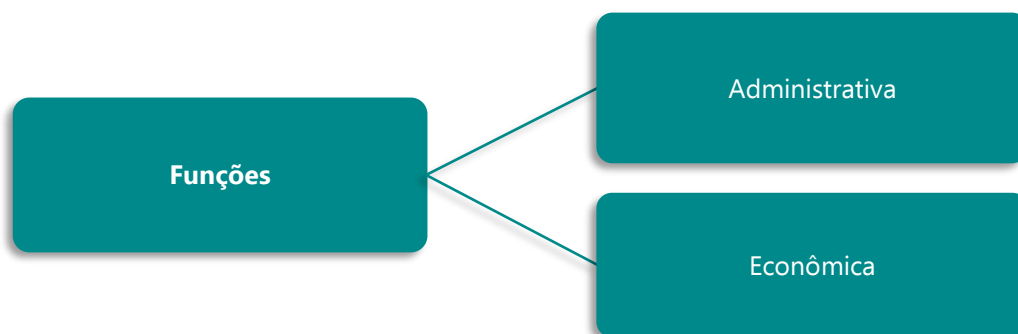
	contabilidade financeira e gerencial desempenha um papel vital na avaliação da solidez financeira dessas instituições.
Auditoria e Consultoria	Profissionais de contabilidade atuam como auditores independentes, revisando as demonstrações financeiras de empresas e organizações para garantir a precisão e a conformidade com os princípios contábeis e regulamentações. Além disso, eles fornecem serviços de consultoria em áreas como planejamento tributário, fusões e aquisições, avaliação de negócios e gestão financeira estratégica.
Educação e Pesquisa	A contabilidade é uma disciplina acadêmica e de pesquisa em constante evolução. Universidades e instituições de ensino superior oferecem cursos de graduação e pós-graduação em contabilidade, preparando futuros contadores e promovendo pesquisas sobre tópicos contábeis.
Empreendedorismo	Empreendedores individuais e proprietários de pequenas empresas utilizam a contabilidade para gerenciar suas finanças pessoais e comerciais, controlar despesas, calcular impostos e tomar decisões financeiras informadas.
Gestão de Patrimônio	A contabilidade desempenha um papel importante na gestão de patrimônio pessoal e familiar, ajudando indivíduos a administrar investimentos, planejar aposentadorias, otimizar impostos e garantir a segurança financeira.
Regulação e Conformidade	Entidades reguladoras governamentais, como a Comissão de Valores Mobiliários (SEC) nos Estados Unidos, supervisionam o cumprimento das empresas de capital aberto com normas contábeis e regulamentações. Profissionais de contabilidade desempenham papéis fundamentais nessas organizações reguladoras.
Tecnologia e Inovação	A contabilidade está evoluindo com a tecnologia, incluindo a automação de tarefas contábeis, análise de big data e uso de blockchain para melhorar a precisão e a segurança dos registros financeiros.

Esses são apenas alguns exemplos do amplo campo de atuação da contabilidade. Em resumo, a contabilidade desempenha um papel crítico em praticamente todos os aspectos da economia e da sociedade, fornecendo informações financeiras vitais para tomada de decisões, controle financeiro e conformidade regulatória.

## 6) Funções da Contabilidade

A Contabilidade desempenha duas funções distintas, a função administrativa e a função econômica.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



→ **Função Administrativa:** Envolve o **controle do patrimônio** da entidade. Esse controle é realizado por meio da escrituração contábil em livros específicos, como o Diário e o Razão. O **objetivo** principal é **acompanhar** o status dos recursos da empresa, como a quantidade de mercadorias em estoque, entre outros.

→ **Função Econômica:** Consiste na **apuração do resultado financeiro** (lucro ou prejuízo) da entidade durante um determinado período. Essa apuração ocorre por meio do **confronto entre as receitas e despesas do exercício**, e é apresentada em uma demonstração contábil conhecida como Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Quando as receitas superam as despesas, a empresa registra lucro; caso contrário, ocorre o prejuízo.

Essas funções destacam a importância da contabilidade como uma ferramenta essencial para a gestão financeira eficaz e para a tomada de decisões informadas em todos os setores e níveis de uma organização.

## 7) Patrimônio

Como já introduzimos anteriormente, o **patrimônio** da entidade é a **soma** de todos os **recursos** e **obrigações**, seja ela empresa, organização sem fins lucrativos, governo ou até mesmo um indivíduo. Trata-se do **elemento-chave** dos registros contábeis e desempenha um papel crucial na análise financeira e tomada de decisões.

### **Importante!**

Sob a perspectiva contábil, itens como bens, direitos e obrigações que **não** podem ser avaliados em termos de moeda corrente **não são** reconhecidos como **parte** do patrimônio.

A seguir, analisaremos com detalhes os componentes do patrimônio.

## Patrimônio = Bens + Direitos + Obrigações

### 7.1) Bens

Os bens englobam tudo o que é essencial para atender as necessidades de uma família ou entidade e pode ser avaliado em termos de moeda, ou seja, em dinheiro corrente. Os bens podem ser categorizados da seguinte forma:

→ **Bens numerários:** representados pelo dinheiro em espécie ou depositado em instituições bancárias.

→ **Bens de venda:** compreendem as mercadorias destinadas à comercialização, constituindo o objeto principal da empresa.

→ **Bens de renda:** referem-se aos investimentos da empresa, como letras de câmbio, ações de outras empresas, aplicações em ouro, entre outros.

→ **Bens fixos:** englobam ativos necessários para manter a operação da empresa. Podem ser classificados como **tangíveis** – incluindo veículos, móveis e edifícios e **intangíveis** – marcas e patentes, fundos de comércio e direitos autorais.

### 7.2) Direitos

Correspondem a todos os valores que uma família ou empresa possui a **receber de terceiros**, seja por vendas de bens ou prestação de serviços. Esses valores são considerados parte integral do Patrimônio. Dentro do contexto empresarial, esses direitos podem ser categorizados da seguinte forma:

→ **Créditos de funcionamento:** Representam direitos resultantes de vendas realizadas a prazo, nos quais o pagamento pelo comprador será efetuado em um momento posterior.

→ **Créditos de financiamento:** Referem-se aos direitos provenientes de empréstimos concedidos pela empresa em forma de dinheiro a terceiros.

### 7.3) Obrigações

Englobam todos os valores que uma família ou empresa **deve pagar a terceiros**, ou seja, todas as dívidas e compromissos financeiros com terceiros, constituindo uma parte essencial do Patrimônio. Nas empresas, essas obrigações representam os recursos financeiros de fontes externas, e podem ser categorizadas da seguinte maneira:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ **Débitos de funcionamento:** Correspondem ao compromisso de fornecimento de mercadorias e outras obrigações resultantes de despesas ou aquisições de bens no decorrer das atividades.

→ **Débitos de financiamento:** Refletem os valores representados por empréstimos tomados em dinheiro e financiamentos de bens ou serviços.

#### 7.4) Componentes Patrimoniais – Ativo e Passivo

O patrimônio é composto por três elementos principais – ativo, passivo e patrimônio líquido. Vamos estudar cada elemento:

→ **Ativos (bens e direitos):** Os ativos são **recursos econômicos** controlados pela entidade que têm o potencial de gerar benefícios econômicos futuros. Eles incluem coisas tangíveis, como caixa, equipamentos, estoques e propriedades, bem como ativos intangíveis, como patentes, marcas registradas e goodwill (valor da marca). Os ativos são divididos em ativos circulantes (curto prazo) e ativos não circulantes (longo prazo).

→ **Passivos (obrigação):** Os passivos representam as **obrigações financeiras** e **compromissos** da entidade. São as dívidas e obrigações que a entidade deve a terceiros. Isso inclui empréstimos, contas a pagar, salários a serem pagos e outras obrigações. Os passivos também são divididos em passivos circulantes (curto prazo) e passivos não circulantes (longo prazo).

→ **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido é a **diferença** entre os ativos e os passivos. Ele representa o valor residual que pertence aos proprietários ou acionistas da entidade. Em outras palavras, é o valor líquido que os proprietários têm na entidade após a liquidação de todas as obrigações.

#### 7.5) Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido ou situação líquida é um dos principais componentes do patrimônio de uma entidade e desempenha um papel fundamental na contabilidade. Ele representa a **diferença** entre os ativos e passivos da entidade em um determinado momento, ou seja, é o valor residual que pertence aos proprietários ou acionistas após a liquidação de todas as obrigações.

O patrimônio líquido, na contabilidade empresarial, é a representação da riqueza de uma família ou empresa resultante de uma situação líquida favorável. Portanto, podemos expressar o Patrimônio Líquido por meio da seguinte fórmula matemática:

$$\text{Patrimônio Líquido} = (\text{Bens} + \text{Direitos}) - \text{Obrigações}$$

$$\text{Situação Líquida} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$$

## 7.6) Situação Líquida

Contudo, é fundamental compreender que a situação líquida **nem sempre é favorável**. Tanto famílias quanto empresas podem possuir bens e direitos, mas ainda assim apresentar uma situação líquida negativa (desfavorável) devido às suas obrigações superiores à soma de seus bens e direitos. Nesse caso, não existe, de fato, riqueza.

Em resumo, o Patrimônio pode assumir uma das três situações líquidas a seguir:

Situações Líquidas do Patrimônio	
Situação <b>Positiva</b>	Isso ocorre quando a soma dos bens e direitos é <b>maior</b> do que a das obrigações. Nesse caso, a diferença representa o Patrimônio Líquido, indicando uma situação financeira favorável. $\text{Ativo} > \text{Passivo} \therefore \text{Patrimônio Líquido} > 0$
Situação <b>Negativa</b>	Isso ocorre quando a soma dos bens e direitos é <b>menor</b> do que a das obrigações, resultando na ausência de verdadeira riqueza, uma vez que todos os bens e direitos foram absorvidos pelas obrigações. $\text{Ativo} < \text{Passivo} \therefore \text{Patrimônio Líquido} < 0$
Situação <b>Nula</b>	Isso acontece quando a soma dos bens e direitos é <b>igual</b> à soma das obrigações, indicando um equilíbrio entre ativos e passivos, sem excedentes ou déficits. $\text{Ativo} = \text{Passivo} \therefore \text{Patrimônio Líquido} = 0$



### Tome nota!

Geralmente, o termo "Patrimônio Líquido" é empregado como sinônimo de "Situação Líquida". É importante destacar que o Patrimônio Líquido é uma **categoria específica** dentro do conceito mais amplo de Situação Líquida, e somente existe um Patrimônio Líquido quando o ativo supera o passivo, resultando em uma Situação Líquida positiva.

Apesar do uso incorreto, a expressão "Patrimônio Líquido" continua a ser utilizada como equivalente a "Situação Líquida," e essa interpretação deve ser mantida. Conseqüentemente, o Patrimônio

Líquido pode assumir valores nulos ou negativos, e esse entendimento tem sido adotado por bancas examinadoras.

## 8) Técnicas Contábeis

As **técnicas contábeis** referem-se às práticas e métodos utilizados pelos profissionais da contabilidade para **registrar, analisar, interpretar e relatar** informações financeiras de uma entidade. Elas desempenham um papel fundamental na produção de informações contábeis confiáveis e úteis para a tomada de decisões financeiras. Em síntese, as técnicas contábeis são as formas utilizadas pela contabilidade para atingir as suas finalidades.

Dentre elas, destacamos: a escrituração, demonstrações contábeis, análise de balanço e auditoria. Estudaremos, a seguir, com mais detalhes, cada uma delas.

### 8.1) Escrituração

A **escrituração contábil** é o método utilizado para registrar fatos contábeis por meio de lançamentos. Esses lançamentos são efetuados em livros contábeis ou fiscais específicos destinados ao **registro das operações** que impactam o patrimônio da entidade, utilizando contas contábeis.

Em termos simplificados, o processo funciona da seguinte maneira: todas as operações que ocorrem na empresa e que causam alterações em seu patrimônio, como a compra e venda de mercadorias, pagamento de salários, aquisição de máquinas, recebimento de valores dos clientes, entre outras, precisam ser devidamente registradas pela entidade. Para isso, a empresa deve, dentro do período em que as transações ocorrem, registrar todos os fatos contábeis que afetam seu patrimônio, seguindo a técnica da escrituração e com base em documentação comprobatória.

Os **lançamentos contábeis** representam o registro individualizado de cada fato contábil e são efetuados por meio do método das partidas dobradas. Nesse método, cada débito é correspondido por um crédito de igual valor, ou seja, toda origem de recursos encontra sua contrapartida em uma aplicação de recursos. Esse princípio contábil garante que o balanço patrimonial permaneça equilibrado, proporcionando uma visão precisa e confiável do estado financeiro da empresa.

Conforme o **artigo 177 da Lei nº 6.404/1976**, a companhia é **obrigada** a manter a escrituração em registros permanentes, seguindo as normas da legislação comercial, dessa Lei e os princípios contábeis amplamente aceitos. Além disso, deve adotar métodos e critérios contábeis consistentes ao longo do tempo e registrar as mudanças patrimoniais de acordo com o princípio do regime de competência.

De acordo com a mesma Lei, a companhia deve observar **exclusivamente** em livros ou registros auxiliares, sem realizar qualquer alteração na escrituração mercantil ou nas demonstrações reguladas por essa Lei, as disposições da lei tributária ou de legislação especial relacionada à sua atividade principal, que estabeleçam, orientem ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis

distintos ou que determinem registros, lançamentos, ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras (**artigo 177, §2º**).

## 8.2) Demonstrações Contábeis

As **demonstrações contábeis** consistem em resumos que refletem a situação financeira e patrimonial de uma entidade em uma data específica e suas variações ao longo de um período determinado.

Conforme estipulado pela **Lei de Sociedades Anônimas (LSA) - Lei nº 6.404/1976, no artigo 175**, o exercício social normalmente tem uma duração de **um ano**, e a data de encerramento desse período é estabelecida no **estatuto da empresa**. No entanto, durante a constituição da companhia ou em situações de alterações estatutárias, a duração do exercício social pode ser diferente do padrão.

O exercício social, ou período contábil, representa o intervalo de tempo durante o qual a empresa **realiza suas transações financeiras**. Ao final desse período, a empresa apura seus resultados e prepara suas demonstrações contábeis. Por exemplo, se a empresa foi legalmente constituída e a data de encerramento do exercício social foi definida como sendo 31 de maio, o exercício social se estenderá de 1º de junho a 31 de maio do ano seguinte.



### **Tome nota!**

É importante observar que o exercício social **não precisa coincidir com o ano civil** (de janeiro a dezembro), e, na prática, muitas empresas adotam o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

É possível que o exercício social tenha uma duração diferente durante a constituição da companhia ou em caso de alterações estatutárias. Por exemplo, se a empresa foi fundada em 1º de novembro do ano X0 e o estatuto estabelece que o encerramento do exercício ocorrerá em 31 de dezembro de cada ano, o primeiro exercício pode ter apenas dois meses de duração (de novembro a dezembro do X0) ou, opcionalmente, ser estendido até dezembro do ano seguinte (totalizando 14 meses).

Os exercícios subsequentes ao da constituição ou alteração estatutária normalmente começam em janeiro e terminam em dezembro de cada ano. A lei não especifica se os exercícios com duração diferente de um ano devem ser mais longos ou mais curtos, o que significa que a duração pode ser superior ou inferior a um ano.

Ao **término** do exercício social, as empresas são **obrigadas a preparar e divulgar** suas demonstrações contábeis.

Para determinar o valor das vendas totais de um exercício social, o gerente de uma empresa não precisa somar manualmente todas as notas fiscais de venda emitidas ao longo do ano. Em vez disso, as vendas são registradas diariamente na contabilidade por meio da técnica de escrituração. Ao final do exercício social, todos os eventos contábeis que ocorreram na empresa são consolidados nas demonstrações financeiras, permitindo que o gerente tenha acesso ao valor total das receitas de vendas no período por meio da demonstração do resultado do exercício. Essa demonstração é responsável por comparar as receitas e despesas do período de forma organizada e concisa.

### 8.3) Análise de Balanço

A **análise das demonstrações contábeis**, também conhecida como análise de balanços, é uma prática que envolve a **verificação, comparação e interpretação** das informações contidas nas demonstrações contábeis. O objetivo dessa análise é avaliar, de forma gerencial, diversos aspectos, tais como lucratividade, rotatividade de estoques e rentabilidade da empresa.

### 8.4) Auditoria

Após sua elaboração, as demonstrações contábeis devem ser submetidas a um processo de **auditoria** independente, com o propósito de conferir maior confiabilidade às informações que serão apresentadas.

A auditoria representa a prática contábil que se dedica a verificar se as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as normas contábeis vigentes e a legislação aplicável.

No caso das companhias abertas, as demonstrações financeiras devem também seguir as diretrizes estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, de forma obrigatória, serem auditadas por auditores independentes que estejam registrados junto à CVM (conforme estipulado no artigo **177, §3º da LSA - Lei das Sociedades Anônimas**).

## 9) Fatos Contábeis e Respectivas Variações Patrimoniais

A escrituração é responsável pelo registro dos fatos contábeis. Os fatos contábeis são **eventos econômicos** que ocorrem em uma entidade e que têm impacto nas demonstrações financeiras, resultando em variações patrimoniais. Eles são a base para o registro contábil e a elaboração das demonstrações financeiras.

O registro de um fato contábil ocorre através do **lançamento**.

Existem dois tipos de fatos contábeis: fatos permutativos e fatos modificativos.

### 9.1) Fatos Permutativos

São eventos em que há uma **troca** entre elementos do patrimônio, mantendo o valor total do patrimônio inalterado. Em outras palavras, não há aumento ou diminuição líquidos no patrimônio líquido da entidade.

🔍 Ex.: Pagamento de uma dívida com dinheiro em caixa. Nesse caso, o ativo (caixa) diminui, mas o passivo (dívida) também diminui na mesma quantia, mantendo o valor total do patrimônio inalterado.

### 9.2) Fatos Modificativos

São eventos que resultam em uma variação líquida no patrimônio da entidade. Eles podem ser subdivididos em fatos modificativos aumentativos e fatos modificativos diminutivos.

Em contabilidade, os termos "**débito**" e "**crédito**" são usados para registrar transações financeiras e outros eventos econômicos em contas contábeis. Quando se trata de fatos modificativos, esses termos também são fundamentais para compreender as variações patrimoniais que ocorrem devido a esses eventos.

#### Fatos Modificativos Aumentativos:

São eventos que **aumentam** o patrimônio líquido da entidade. Ao adquirir um ativo, o que resulta em um aumento do **ativo**, registramos um **débito** na conta correspondente. Esse débito é efetuado para refletir o aumento dos recursos aplicados na empresa.

🔍 Ex.: Recebimento de uma receita de vendas em dinheiro. Isso aumenta o ativo (caixa) e o patrimônio líquido da entidade.

#### Fatos Modificativos Diminutivos

São eventos que **diminuem** o patrimônio líquido da entidade. Ao assumir uma obrigação com os fornecedores, o que resulta em um aumento do **passivo**, registramos um **crédito** na conta correspondente. Esse crédito é efetuado para indicar o aumento das origens de recursos da empresa.

🔍 Ex.: Pagamento de despesas de aluguel em dinheiro. Isso reduz o ativo (caixa) e, conseqüentemente, o patrimônio líquido da entidade.



**Tome nota!**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Os fatos contábeis são registrados por meio da **escrituração contábil**, que envolve a utilização de contas contábeis para representar os elementos do patrimônio afetados pelos eventos. Através da escrituração, é possível manter o registro adequado das variações patrimoniais e elaborar as demonstrações financeiras, como o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício (DRE).

É importante notar que os fatos contábeis devem ser registrados de acordo com os princípios contábeis aceitos e as normas contábeis aplicáveis, garantindo a fidedignidade e a transparência das informações financeiras da entidade.

## Parabéns por ter chegado até aqui.


Futuro(a) aprovado na PCSC: saiba que, em análise estatística de nossa equipe de professores, verificamos que nas últimas provas da banca e do concurso mais de **95%** das questões de direito são baseadas na letra da Lei. Por isso, um material ponto a ponto do edital, que aborda a legislação em si, irá facilitar e muitooooo o seu estudo.

Não perca essa oportunidade de ter acesso a esse material completo.

Faça sua parte nos estudos e estude de forma estratégica para esse certame, pois isso aumentará muito as suas chances de ser aprovado.

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



O estudo é a jornada que **transforma esforço em conhecimento e sonhos em realizações.**

Persista, pois cada página virada é um passo mais próximo do seu sucesso!

CM Cursos Online

**Bora para cima!**

CM